

RESUMO

Relatório do Desenvolvimento Humano Humano 2006



A água para lá da escassez:
poder, pobreza e a crise mundial da água





A imagem da capa reflecte a ideia de que milhões de pessoas no mundo não dispõem de acesso a água potável não devido à escassez, mas porque estão aprisionadas numa teia de pobreza, desigualdade e fracassos governamentais. A abordagem destes problemas constitui a chave para a resolução da crise mundial da água.

A água potável e o saneamento sempre foram fundamentais para o desenvolvimento humano. Quando as pessoas se encontram privadas de água potável e de saneamento, confrontam-se com oportunidades diminuídas de realizarem o seu potencial enquanto seres humanos. A água imprópria para consumo e o saneamento inadequado constituem dois dos principais catalisadores da pobreza e da desigualdade mundiais. Ceifam milhões de vidas, destroem meios de subsistência, comprometem a dignidade e reduzem as perspectivas de crescimento económico. As pessoas carenciadas, em geral, e as mulheres e as crianças carenciadas, em particular, suportam o fardo dos custos humanos.

No início do século XXI, vivemos num mundo de prosperidade sem precedentes. No entanto, milhões de crianças morrem anualmente por falta de um copo de água potável e de instalações sanitárias. Mais de mil milhões de pessoas não dispõem de acesso a água potável — mais do dobro não tem acesso a um saneamento adequado. Entretanto, o acesso inadequado à água enquanto recurso produtivo condena milhões de pessoas a vidas de pobreza e de vulnerabilidade. Este relatório documenta a violação sistemática do direito à água, identifica as causas subjacentes à crise e estabelece uma agenda para a mudança.



RESUMO

Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

A água para lá da escassez:
poder, pobreza e a crise mundial da água



Publicado para
o Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

AGRADECIMENTO:

A tradução e a publicação da edição portuguesa
do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*
só foram possíveis graças ao apoio do
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Copyright © 2006

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema informático ou transmitida, sob qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização prévia.

9 8 7 6 5 4 3 2 1

Impresso pela Toppan Printing Company America Inc. em papel reciclado com utilização de tecnologia compatível com o ambiente.

Capa e apresentação gráfica: Grundy & Northedge Information Designers, Londres

Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz, Narestø, Norway

Edição técnica, composição e gestão de produção: Communications Development Incorporated, Washington, D.C.

Revisores: Bruce Ross-Larson, Meta de Coquereaumont e Christopher Trott

Para consultar uma lista de quaisquer erros ou omissões descobertos após a impressão, visite o nosso site em <http://hdr.undp.org>

Equipa para a preparação do Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Director e redactor principal

Kevin Watkins

Pesquisa, redacção e estatística

Liliana Carvajal, Daniel Coppard, Ricardo Fuentes, Arunabha Ghosh, Chiara Giamberardini, Claes Johansson (Chefe de Estatística em exercício), Papa Seck, Cecilia Ugaz (Conselheira Política Principal) e Shahin Yaqub.

Conselheiro estatístico: Tom Griffin

Responsável pela produção e pela coordenação da tradução: Carlotta Aiello e Marta Jaksona

Revisores: Bruce Ross-Larson, Meta de Conquereumont e Christopher Trott

Capa e apresentação gráfica: Peter Grundy e Tilly Northedge

Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH)

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* é o resultado de um esforço colectivo. Os membros da equipa Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional (NHDR) forneceram comentários detalhados e conselhos ao longo do processo de investigação. Também associaram o Relatório a uma rede global de RDH nos países em desenvolvimento. A equipa do NHDR, liderada por Sarah Burd-Sharps (Directora-Adjunta), é constituída por Amie Gaye, Sharmila Kurukulasuriya, Hanna Schmitt e Timothy Scott. A equipa administrativa do GRDH faz funcionar o gabinete e inclui Oscar Bernal, Mamaye Gebretsadik, Melissa Hernandez, Fe Juarez e Mary Ann Mwangi. As operações são geridas por Sarantuya Mend. Marisol Sanjines é responsável pelo programa de divulgação e promoção do GRDH.

Prefácio

O desenvolvimento humano tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com deixar as pessoas viverem a vida que valorizam e permitir-lhes realizar todo o seu potencial como seres humanos. O quadro normativo para o desenvolvimento humano reflecte-se hoje na visão ampla definida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o conjunto de objectivos com limites temporais acordados internacionalmente e que visam reduzir a pobreza extrema, alargar a igualdade de géneros e promover oportunidades de saúde e educação. O progresso em direcção a estes objectivos fornece um ponto de referência para avaliar a determinação da comunidade internacional em traduzir os compromissos em acção. Mais do que isso, é a condição para construir uma prosperidade partilhada e uma segurança colectiva no nosso mundo cada vez mais interdependente.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano aborda uma questão que influencia profundamente o progresso e o potencial humano em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Ao longo da História, o progresso humano tem dependido do acesso à água potável e da capacidade das sociedades controlarem o potencial da água enquanto recurso produtivo. A água para a vida no agregado familiar e a água para sustento através da produção são duas das bases para o desenvolvimento humano. No entanto, para uma grande parte da humanidade, essas bases não existem.

A palavra *crise* é, por vezes, usada em excesso quando se fala de desenvolvimento. Mas quando se trata de água, existe o reconhecimento crescente de que o mundo enfrenta uma crise que, se não for controlada, vai pôr em perigo o progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e atrasar o desenvolvimento humano. Para algumas pessoas, a crise global da água prende-se com faltas absolutas de fornecimento físico. O presente Relatório rejeita esta visão. Defende que as raízes da crise em termos da água se prendem com a pobreza, com a desigualdade e com relações desiguais de poder, bem como com políticas de gestão da água deficientes que aumentam a escassez.

O acesso à água para sempre é uma necessidade humana elementar e um direito humano fundamental. No entanto, num mundo cada vez mais próspero como o nosso, há mais de mil milhões de pessoas a

quem se nega o direito a água potável e 2,6 mil milhões de pessoas sem acesso a saneamento adequado. Estes valores apenas captam uma dimensão do problema. Todos os anos, cerca de 1,8 milhões de crianças morrem em resultado directo de diarreia e de outras doenças provocadas por água suja e por más condições de saneamento. No início do século XXI, a água suja é a segunda maior causadora de mortes de crianças em todo o mundo. Todos os dias, milhares de mulheres e raparigas recolhem água para as suas famílias — um ritual que reforça as desigualdades de género em termos de emprego e de educação. Entretanto, as más condições de saúde, associadas a faltas de água e de saneamento põem em perigo a produtividade e o crescimento económico, reforçando as profundas situações de desigualdade que caracterizam os actuais padrões de globalização e apanhando os agregados familiares vulneráveis em ciclos de pobreza.

Como o Relatório mostra, as fontes do problema variam de país para país, mas aparecem diversos problemas. Em primeiro lugar, há poucos países a tratar a água e o saneamento como uma prioridade política, como o testemunha as limitadas distribuições orçamentais. Em segundo lugar, algumas das pessoas mais pobres do mundo pagam alguns dos preços mais altos do mundo pela água, reflectindo a cobertura limitada dos prestadores de serviços de água nos bairros degradados e nos povoados informais em que vivem as pessoas carenciadas. Em terceiro lugar,

a comunidade internacional fracassou em dar maior prioridade à água e ao saneamento nas parcerias para o desenvolvimento que se estabeleceram em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Subjacente a cada um destes problemas está o facto de as pessoas que mais sofrem com a crise da água e do saneamento — pessoas carenciadas em geral e mulheres carenciadas em particular — muitas vezes não terem a voz política necessária para fazer valer os seus direitos à água.

Estas e outras questões são cuidadosamente analisadas no Relatório. Os desafios que coloca são assustadores. Mas os autores não aconselham a desesperrar. Como as provas tornam claro, esta é uma batalha que podemos vencer. Muitos países fizeram progressos extraordinários no fornecimento de água potável e saneamento aos seus cidadãos. Por todo o mundo em desenvolvimento, as pessoas que vivem em bairros degradados e em aldeias rurais lideram através do exemplo, mobilizando recursos e evidenciando energia e inovação na forma como lidam com os seus problemas. No início do século XXI, temos os meios financeiros e tecnológicos e a capacidade de fazer a crise da água e do saneamento passar à história, com tanta certeza como os países ricos de hoje fizeram há um século. O que tem faltado é o desejo concertado de alargar o acesso à água e ao saneamento a todos, através de planos nacionais bem elaborados e devidamente financiados, suportados por um plano de acção global para galvanizar a vontade política e para mobilizar recursos.

A água para sustento coloca um conjunto diferente de desafios. O mundo não está a ficar sem água, mas muitos milhões das pessoas mais vulneráveis vivem em regiões sujeitas a uma crescente pressão sobre os recursos hídricos. Cerca de 1,4 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais em que a utilização da água ultrapassa as taxas de recarga. Os sintomas de utilização excessiva são perturbadoramente claros: os rios estão a secar, os lençóis freáticos estão a diminuir e os ecossistemas que têm por base a água estão a ficar rapidamente degradados. Basicamente, o mundo está a perder um dos seus recursos naturais mais preciosos e a aumentar de forma insustentável uma dívida ecológica que as gerações futuras herdarão.

Também há muito mais a fazer perante as ameaças ao desenvolvimento humano colocadas pelas mudanças climáticas. Como o Relatório realça, esta não é uma ameaça futura. O aquecimento global já está a acontecer — e, em muitos países, tem o po-

tencial para repelir os ganhos em termos de desenvolvimento humano que se alcançaram ao longo de gerações. Os fornecimentos reduzidos de água em zonas já afectadas por uma pressão crónica sobre os recursos hídricos, por padrões climáticos mais extremos e pela fusão dos glaciares, fazem parte do desafio sombrio. A acção multilateral para atenuar as mudanças climáticas através da redução das emissões de carbono é uma das formas de resposta da política pública necessária para fazer face a esse desafio. Outra forma é dar maior atenção ao apoio a estratégias de adaptação.

Já se torna claro que as próximas décadas serão marcadas por uma luta mais intensa pela água. O crescimento populacional, a urbanização, o desenvolvimento industrial e as necessidades da agricultura estão a fazer aumentar a procura por um recurso finito. Entretanto, existe cada vez mais o reconhecimento de que as necessidades do ambiente também devem ser decompostas em termos de padrões de utilização futura da água. Dois perigos óbvios emergem. Em primeiro lugar, à medida que a luta nacional pela água se intensifica, as pessoas com os direitos mais fracos — entre eles, os pequenos agricultores e as mulheres — verão os seus direitos à água destruídos por eleitorados mais poderosos. Em segundo lugar, a água é o derradeiro recurso fugaz, atravessando fronteiras através de rios, lagos e aquíferos — um facto que aponta para o potencial das tensões transfronteiriças nas regiões com pressão sobre os recursos hídricos. Os dois perigos podem ser tratados e evitados através de políticas públicas e da cooperação internacional — mas os sinais de perigo estão claramente visíveis nas duas frentes.

Este Relatório, o produto de investigação e análise envolvendo peritos internacionais e pessoal de todo o sistema das Nações Unidas, visa estimular o debate e o diálogo em torno de um conjunto de questões com um impacto profundo no progresso, no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o desenvolvimento humano.



Kemal Derviş
Administrador
Programa das Nações Unidas para
o Desenvolvimento

A análise e as recomendações políticas do Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do seu Conselho Executivo ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente comissionada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Kevin Watkins, Director do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, conduziu este trabalho.

Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Introdução A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Capítulo 1 Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico

Lições da história

A actual crise mundial no sector da água e do saneamento

Os custos da crise em termos de desenvolvimento humano

Os pobres são, de longe, os mais afectados pela crise

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para além destas metas: voltar ao caminho certo

Fazer do progresso uma realidade

Capítulo 2 Água para consumo humano

Porque é que os pobres pagam mais — e recebem menos água

Gerir a rede para se conseguir eficiência e equidade

Apresentar os resultados — as políticas

Capítulo 3 O grande défice no saneamento

2,6 mil milhões de pessoas sem saneamento

Qual a razão para o grande atraso do saneamento em relação à água?

Colocar o saneamento ao alcance de todos

O caminho a seguir

Capítulo 4 Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados

Repensar a escassez num mundo pressionado pela falta de água

Lidar com o risco, a vulnerabilidade e a incerteza

O caminho a seguir

Capítulo 5 A competição pela água na agricultura

Água e desenvolvimento humano — os vínculos com os meios de subsistência

A competição, os direitos e a luta pela água

Melhor governação nos sistemas de irrigação

Maior produtividade da água para os pobres

O caminho a seguir

Capítulo 6 Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

Interdependência hidrológica

Os custos da falta de cooperação

A defesa da cooperação

Cooperação para o desenvolvimento humano no contexto das bacias fluviais

Indicadores de desenvolvimento humano

O estado do desenvolvimento humano

Guia do leitor e notas relativas aos quadros

Quadros de indicadores



Introdução

A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água

A crise global da água condena uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança

A água deste lago não é boa. Recolhemo-la porque não temos alternativa. Todos os animais bebem água deste lago, assim como a comunidade. É também por causa da água que estamos a ser infectados por várias doenças.

Zenebech Jemel, Chobare Meno, Etiópia

Claro que eu gostava de ir à escola. Quero aprender a ler e a escrever... Mas como posso fazê-lo? A minha mãe precisa de mim para ir buscar água.

Yeni Bazan, 10 anos, El Alto, Bolívia

As condições aqui são terríveis. Há esgotos por todo o lado. É por isso que a nossa água está poluída. A maioria das pessoas utiliza baldes e sacos de plástico para as suas necessidades fisiológicas. As nossas crianças sofrem permanentemente de diarreia e de outras doenças devido à imundície.

Mary Akinyi, Kibera, Nairobi, Quênia

Elas [as fábricas] utilizam tanta água e nós mal dispomos de quantidade suficiente para as nossas necessidades básicas, já para não falar na rega das nossas colheitas.

Gopal Gujur, agricultor, Rajastão, Índia

Quatro vezes de quatro países unidas por um único tema: a privação do acesso à água. Esta privação pode ser medida por estatísticas, mas os números não mostram os rostos humanos dos milhões de pessoas a quem é negada a oportunidade de realizar o seu potencial. A água, a essência da vida e um direito humano básico, encontra-se no cerne de uma crise diária que afecta vários milhões das pessoas mais vulneráveis do mundo — uma crise que ameaça a vida e destrói os meios de subsistência a uma escala arrasadora.

Ao contrário das guerras e das catástrofes naturais, a crise global da água não ocupa lugar de destaque nos títulos da imprensa. Também não galvaniza uma acção internacional concertada. Tal como a fome, a privação do acesso à água é uma crise silenciosa suportada pelos pobres e tolerada por aqueles que dispõem dos recursos, da tecnologia e do poder político para acabar com ela. No entanto, esta é uma crise que está a bloquear o progresso humano, con-

denando uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança. Esta crise ceifa mais vidas por doença do que qualquer conflito armado. Reforça também as obscenas desigualdades nas oportunidades de vida que dividem nações ricas e pobres num mundo cada vez mais próspero e interligado e também as pessoas de um mesmo país com base na riqueza, género e outros indicadores de desvantagem.

Superar a crise da água e do saneamento constitui um dos grandes desafios do desenvolvimento humano no início do século XXI. O êxito na abordagem deste desafio através de uma resposta concertada nacional e internacional funcionaria como catalisador de progresso na saúde pública, na educação, na redução da pobreza e, ainda, como fonte de dinamismo económico. Daria um impulso decisivo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas adoptadas pelos governos enquanto parte integrante de uma parceria global para a redução da

A escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física

pobreza. A alternativa de deixar tudo como está representa tolerar um nível de sofrimento e de perda de potencial humano evitáveis, que todos os governos deveriam considerar injustificável do ponto de vista ético e de desperdício económico.

Água para a vida, água para a subsistência

«Através da água», diz o Alcorão, «damos vida a tudo». Este ensinamento simples encerra uma profunda sabedoria. As pessoas necessitam tanto de água como de oxigénio: sem ela não haveria vida. Mas, para além dos lares, a água também dá vida num sentido muito mais lato. As pessoas necessitam de água potável e de saneamento para manterem a sua saúde e dignidade. Mas para além dos lares, a água também sustenta os sistemas ecológicos e contribui para os sistemas de produção que mantêm os meios de subsistência.

Em última análise, o desenvolvimento humano consiste na realização do potencial. Prende-se com aquilo que as pessoas podem fazer e naquilo em que se podem tornar — as suas capacidades — e com a liberdade de que dispõem para exercer escolhas reais nas suas vidas. A água está presente em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Quando as pessoas vêem negado o seu acesso à água potável no lar ou quando não têm acesso à água enquanto recurso produtivo, as suas escolhas e liberdades são limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade. A água dá vida a tudo, incluindo o desenvolvimento humano e a liberdade humana.

No *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano debruçamo-nos sobre dois aspectos específicos da crise global da água. O primeiro, explorado nos capítulos 1 a 3, consiste na água para a vida. O fornecimento de água potável, a eliminação de águas residuais e a oferta de saneamento são três dos alicerces mais básicos do progresso humano. Analisámos os custos da não implementação destes alicerces e delineámos algumas das estratégias necessárias para que se consiga alcançar o acesso universal à água e ao saneamento. O segundo aspecto, a água enquanto meio de subsistência, é o tema dos capítulos 4 a 6. Neles abordamos a água enquanto recurso produtivo partilhado por países e no interior dos mesmos, salientando os desafios enormes com que muitos governos se confrontam actualmente para gerir a água de forma equitável e eficiente.

Alguns comentadores relacionam o desafio global da água com um problema de escassez. O espírito de Thomas Malthus, que, no século XIX, desconcertou os líderes políticos com a previsão de um futuro de escassez alimentar, está cada vez mais presente nos debates internacionais sobre a água.

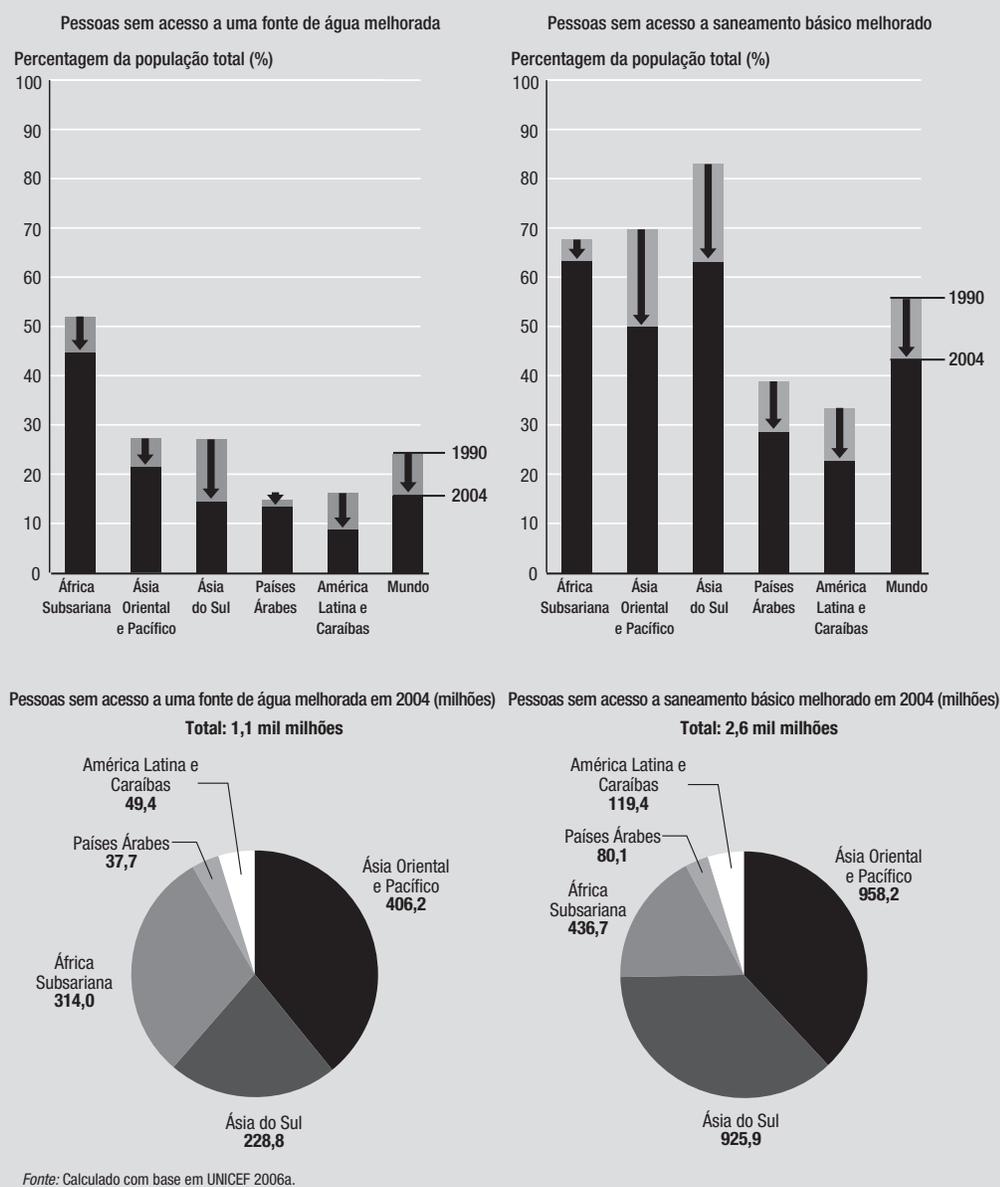
Face ao crescimento populacional e ao aumento da procura mundial pela água, refere o argumento, o futuro aponta para uma «aritmética sombria» de escassez. Rejeitamos este ponto de partida. A disponibilidade de água é uma preocupação para alguns países. Mas a escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física.

É no domínio da água para a vida que esta situação está mais patente. Hoje, cerca de 1,1 mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento têm um acesso inadequado à água e 2,6 mil milhões não dispõem de saneamento básico (figura 1). Estes dois défices têm a sua origem nas instituições e nas escolhas políticas, não na disponibilidade da água. As necessidades de água doméstica representam uma ínfima fracção da utilização da água, normalmente menos do que 5% do total, mas existe uma tremenda desigualdade no acesso a água potável e a saneamento a nível doméstico. Em zonas de elevado rendimento de cidades da Ásia, da América Latina e da África Subsariana, as pessoas usufruem do acesso a várias centenas de litros de água por dia, entregue em suas casas a baixos preços pelos serviços públicos de abastecimento. Entretanto, os moradores de bairros degradados e as famílias carenciadas das zonas rurais dos mesmos países têm acesso a bem menos do que os 20 litros de água por dia e por pessoa necessários para satisfazer as necessidades humanas mais básicas. As mulheres e as raparigas são duplamente afectadas, já que são elas que sacrificam o seu tempo e a sua educação para recolher água.

Algo de semelhante se verifica na questão da água enquanto meio de subsistência. Em todo o mundo a agricultura e a indústria estão a ajustar-se a constrangimentos hidrológicos cada vez mais rigorosos. Mas se a escassez é um problema generalizado, nem todos são afectados por ela. Em regiões da Índia que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos, as bombas de irrigação extraem água de aquíferos 24 horas por dia para os agricultores abastados, ao passo que os pequenos agricultores vizinhos dependem dos caprichos da chuva. Aqui também, a principal causa de escassez na grande maioria dos casos tem raízes institucionais e políticas e não se deve a uma deficiência física de água. Em muitos países a escassez é produto de políticas públicas que têm encorajado a utilização abusiva de água.

O mundo tem água mais do que suficiente para fins domésticos, para a agricultura e para a indústria. O problema é que algumas pessoas — nomeadamente as pessoas carenciadas — são sistematicamente excluídas do acesso pela sua pobreza, pelos seus reduzidos direitos legais ou por políticas públicas que limitam o acesso às infra-estruturas que fornecem água para a vida e para a subsistência. Resu-

Figura 1 Lenta redução: o déficit global de água e saneamento básico



mindu, a escassez é produto de processos políticos e de instituições desfavoráveis às pessoas carenciadas. No que respeita à água potável, o que acontece em muitos países é que as pessoas carenciadas recebem menos, pagam mais e suportam o fardo dos custos de desenvolvimento humano associados à escassez.

Segurança humana, cidadania e justiça social

Há pouco mais de uma década, o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1994 introduziu a ideia da

segurança humana no debate mais genérico sobre o desenvolvimento. O objectivo era olhar mais além das estreitas percepções da segurança nacional, definida em termos de ameaças militares e da protecção de objectivos estratégicos de política externa, em direcção a uma visão de segurança enraizada nas vidas das pessoas.

A segurança da água faz parte integrante desta concepção mais vasta da segurança humana. Em termos genéricos, a segurança da água consiste em assegurar que cada pessoa disponha de um acesso fiável a água suficiente a um preço acessível para levar

Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia é um requisito mínimo para respeitar o direito humano à água

uma vida saudável, digna e produtiva, não deixando de manter os sistemas ecológicos que fornecem água e que também dependem da água. Quando não se verificam estas condições, ou quando o acesso à água é interrompido, as pessoas confrontam-se com graves riscos de segurança humana, causados por más condições de saúde e pela ruptura dos meios de subsistência.

No mundo do início do século XXI, os problemas nacionais de segurança têm um forte peso na agenda internacional. Conflitos violentos, preocupações com ameaças terroristas, a proliferação de armas nucleares e o crescimento da comercialização ilícita de armas e drogas representam desafios de peso. Face a este cenário, é fácil perder de vista alguns imperativos básicos de segurança humana, incluindo os que se relacionam com a água. O número de 1,8 milhões de mortes infantis anuais relacionadas com a água imprópria para consumo e com um saneamento inadequado ofusca as mortes associadas aos conflitos violentos. Nenhum acto de terrorismo gera uma devastação económica à escala da crise da água e do saneamento. No entanto, a questão mal é afluída na agenda internacional.

Não é somente o contraste com os imperativos de segurança nacional que é perturbante. Hoje, a acção internacional para lidar com a crise do VIH/SIDA encontra-se institucionalizada na agenda dos países do Grupo dos Oito. Ameaçado por uma potencial crise de saúde pública sob a forma de gripe das aves, o mundo rapidamente se mobiliza para elaborar um plano de acção global. Mas a realidade concreta da crise da água e do saneamento merece apenas uma resposta mínima e fragmentada. E porquê? Uma explicação plausível é a de que, ao contrário do VIH/SIDA e da gripe das aves, a crise da água e do saneamento representa a ameaça mais imediata e mais directa às pessoas carenciadas dos países pobres — um eleitorado sem voz na formação das percepções internacionais da segurança humana.

Para além de impactos destrutivos altamente visíveis sobre as pessoas, a insegurança da água viola alguns dos princípios mais básicos da justiça social. Entre eles:

- *Cidadania igual.* Cada pessoa tem direito a um conjunto igual de direitos civis, políticos e sociais, incluindo o meio de exercer estes direitos de forma eficaz. A insegurança da água compromete estes direitos. Uma mulher que passa horas a fio a recolher água ou que sofre de constantes doenças relacionadas com a água tem menos capacidade de participar na sociedade, mesmo que possa participar da eleição do seu governo.
- *O mínimo social.* Todos os cidadãos devem ter acesso a recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas e levar uma vida digna. A água potável faz parte do mínimo social, com

um requisito mínimo de 20 litros por pessoa e por dia.

- *Igualdade de oportunidades.* A igualdade de oportunidades, um requisito-chave para a justiça social, é diminuída pela insegurança da água. A maioria das pessoas aceitará que a educação é essencial para a igualdade de oportunidades. Por exemplo, as crianças impossibilitadas de frequentar a escola quando se encontram afectadas por acessos constantes de doenças causados por água imprópria para consumo não usufruem, em qualquer sentido positivo, do direito à educação.
- *Distribuição justa.* Todas as sociedades estabelecem limites à extensão justificável da desigualdade. A forte desigualdade do acesso a água potável doméstica ou a água produtiva no campo não cumpre os critérios de distribuição justa, especialmente quando associada aos elevados níveis, evitáveis, de mortalidade infantil ou de pobreza.

A ideia da água enquanto direito humano reflecte estas preocupações subjacentes. Como declarou o Secretário-Geral das Nações Unidas, «O acesso seguro a água potável é uma necessidade humana fundamental e, portanto, um direito humano básico». A preservação do direito humano à água é um fim em si mesmo e um meio de consubstanciar os direitos mais genéricos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos com vínculo jurídico — incluindo o direito à vida, à educação, à saúde e a um alojamento adequado. Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável e por dia para satisfazer as suas necessidades básicas é um requisito mínimo para respeitar o direito à água — e uma meta mínima para os governos.

Os direitos humanos não são extras facultativos. Tal como não são uma disposição legal voluntária a abraçar ou abandonar segundo o capricho de cada governo. São obrigações vinculativas que reflectem valores universais e implicam responsabilidades por parte dos governos. No entanto, o direito humano à água é violado impunemente de uma forma generalizada e sistemática — e são os direitos humanos das pessoas carenciadas que estão sujeitos aos abusos mais graves.

Atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em 2015 — um teste de humanidade

Faltam neste momento menos de 10 anos para a data-alvo de 2015 para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas temporais da comunidade internacional para reduzir a

pobreza extrema e a fome, diminuir a mortalidade infantil, proporcionar educação às crianças e ultrapassar as desigualdades de género. O progresso em cada uma destas áreas será condicionado pelo modo como os governos respondem à crise na água.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio proporcionam uma referência para medir o progresso em direcção ao direito humano à água. É por esta razão que reduzir a metade a parcela de população mundial sem acesso sustentável a água potável e a saneamento básico — o Objectivo 7, meta 10 — constitui uma meta fundamental por mérito próprio. Mas atingir aquela meta é crucial para que se possam atingir outros objectivos. A água potável e o saneamento poupariam as vidas de inúmeras crianças, promoveriam o progresso na educação e libertariam as pessoas de doenças que as mantêm na pobreza.

A urgência de alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento nunca poderá ser exagerada. Mesmo que as metas sejam atingidas, continuarão a existir mais de 800 milhões de pessoas sem água e 1,8 mil milhões sem saneamento em 2015. No entanto, apesar dos progressos, o mundo está a conseguir resultados aquém dos que são necessários, especialmente nos países mais pobres. Para alterar este cenário, será necessária uma acção sustentada ao longo da próxima década, aliada a um corte decisivo com o actual modelo que privilegia a opção de deixar tudo como está.

A data-alvo de 2015 é importante por razões práticas e simbólicas. Ao nível prático, recorda-nos que o tempo está a esgotar-se — e que o prazo para os investimentos e políticas necessários traduzirem resultados está a aproximar-se rapidamente. Ao nível simbólico, 2015 tem uma importância mais profunda. O estado do mundo naquele ano constituirá um julgamento do estado actual da cooperação internacional. Será um reflexo da geração de líderes políticos que assinou o compromisso do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e pronunciará o veredicto sobre o incumprimento ou a observância do compromisso.

Em determinado momento de 2015, terá lugar outro evento de menor importância, mas não menos simbólico. A Agência Espacial Norte-Americana lançará o Projecto das Luas Geladas de Júpiter. Recorrendo a tecnologia actualmente em desenvolvimento, será lançada uma nave espacial que entrará na órbita de três das luas de Júpiter para investigar a composição dos vários lagos de água salgada que se encontram por debaixo das suas superfícies de gelo — e para determinar se existem condições de vida. A ironia que representa a despesa de milhares de milhões de dólares por

parte da humanidade na exploração do potencial de vida noutras planetas seria imensa, e trágica se, ao mesmo tempo, permitirmos a destruição da vida e das capacidades humanas no planeta Terra por falta de tecnologias muito menos exigentes: a infra-estrutura para oferecer água potável e saneamento para todos. Oferecer um copo de água potável e uma instalação sanitária pode ser um desafio, mas não é ciência aeroespacial.

Mahatma Gandhi declarou uma vez que «a diferença entre aquilo que fazemos e aquilo que somos capazes de fazer seria suficiente para resolver a maioria dos problemas do mundo». Esta observação reveste-se de crucial importância para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A combinação sem precedentes de recursos e de tecnologia à nossa disposição actualmente torna intelectual e moralmente indefensável o argumento de que as metas de 2015 se encontram além do nosso alcance. Não deveremos dar-nos por satisfeitos com um progresso que fique aquém dos objectivos estabelecidos — ou com meias medidas que excluam partes inteiras da humanidade.

Água para a vida — a crise global da água e do saneamento

A água potável e o saneamento constituem alguns dos motores mais poderosos do desenvolvimento humano. Alargam a oportunidade, aumentam a dignidade e ajudam a criar um ciclo virtuoso de melhoria da saúde e de crescimento da riqueza.

As pessoas que vivem actualmente em países ricos não têm praticamente ideia de como a água potável promoveu o progresso social nos seus próprios países. Há pouco mais de cem anos, Londres, Nova Iorque e Paris eram focos de doenças infecto-contagiosas, com a saúde pública minada pela diarreia, a disenteria e a febre tifóide. As taxas de mortalidade infantil eram tão elevadas então como o são agora em grande parte da África Subsariana. A crescente riqueza proporcionada pela industrialização aumentou os rendimentos mas a mortalidade infantil e a esperança de vida mantiveram-se praticamente inalteradas.

Reformas abrangentes na água e no saneamento alteraram aquele cenário. A água potável permitiu um passo em frente no progresso humano. Impelidos por coligações para a reforma social, por preocupações morais e por interesses económicos próprios, os governos colocaram a água e o saneamento no centro de um novo contrato social entre Estado e cidadãos. No espaço de uma geração, reuniram o financiamento, a tecnologia e as regulações necessárias para colocar a água e o saneamento ao alcance de todos.

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana

A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas

A nova infra-estrutura destruiu o vínculo entre água contaminada e doenças infecto-contagiosas. Segundo se estima, a purificação da água foi responsável pela redução de quase metade da mortalidade nos Estados Unidos no primeiro terço do século XX. No Reino Unido, a expansão do saneamento contribuiu para um aumento de 15 anos na esperança de vida nas quatro décadas que se seguiram a 1880.

A linha de ruptura entre o saneamento e a água

Hoje, nos países ricos, basta girar uma torneira para ter água potável. Instalações sanitárias privadas e higiénicas são um dado adquirido. As preocupações com a escassez de água podem surgir ocasionalmente em alguns países. Mas esta preocupação tem de ser colocada em perspectiva. As crianças dos países ricos não morrem por falta de um copo de água potável. As raparigas não são impedidas de frequentar a escola por terem de efectuar longas jornadas para recolher água de ribeiros e rios. E as doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água constituem tema de livros de história, não de enfermarias de hospital e de morgues.

O contraste com os países pobres é perturbante. Se a privação está distribuída desequilibradamente entre regiões, os factos relativos à crise global da água falam por si. Cerca de 1,1 mil milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento não têm acesso a uma quantidade mínima de água potável. As taxas de cobertura são mais baixas na África Subsariana, mas a maioria das pessoas sem água potável vive na Ásia. A privação de saneamento é ainda mais generalizada. Cerca de 2,6 mil milhões de pessoas, metade da população do mundo em desenvolvimento, não têm acesso a um saneamento básico. E a subnotificação generalizada dos dados significa que estes números não dão conta da dimensão real do problema.

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana. Não ter acesso a água e a saneamento significa que as pessoas recorrem a fossas, rios e lagos poluídos com excrementos humanos ou animais ou utilizados por animais. Significa também não ter água suficiente para satisfazer até as necessidades humanas mais básicas.

Se as necessidades básicas variam, o limite mínimo é de cerca de 20 litros por dia. A maioria dos 1,1 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável utiliza cerca de 5 litros por dia — um décimo da quantidade média diária utilizada nos países ricos para puxar o autoclismo. Em média, na Eu-

ropa as pessoas utilizam mais de 200 litros, e nos Estados Unidos mais de 400 litros. Quando um europeu puxa o autoclismo ou quando um americano toma banho utiliza mais água da que é disponibilizada a centenas de milhões de indivíduos que vivem em bairros degradados ou zonas áridas do mundo em desenvolvimento. As torneiras que pingam nos países ricos desperdiçam mais água da que está disponível diariamente a mais de mil milhões de pessoas.

A falta de acesso a saneamento força as pessoas a defecar nos campos, fossas e baldes. Os «sanitários voadores» de Kibera, um bairro degradado de Nairobi, no Quénia, são sintomáticos daquilo que representa não ter acesso a saneamento. Sem acesso a instalações sanitárias, as pessoas defecam em sacos de plástico que atiram para as ruas. A ausência de instalações sanitárias coloca problemas particularmente graves de saúde pública e de segurança para as mulheres e as raparigas. No saneamento como na água, a desigualdade de género estrutura os custos humanos do desfavorecimento.

O acesso à água e ao saneamento reforça algumas velhas lições do desenvolvimento humano. Em média, as taxas de cobertura em ambas as áreas crescem com o rendimento: uma maior riqueza tende a ser acompanhada por um melhor acesso à água e ao saneamento. Mas existem enormes variações em torno da média. Alguns países, como o Bangladesh e a Tailândia, no saneamento, e o Sri Lanka e o Vietname, na água, apresentam um desempenho muito melhor do que se poderia esperar somente com base no rendimento. Outros, como a Índia e o México, no saneamento, apresentam um desempenho bastante mais fraco. A lição a tirar é a seguinte: o rendimento é importante, mas a política pública modela a conversão do rendimento em desenvolvimento humano.

Os custos do desenvolvimento humano — imensos

A privação de água e de saneamento gera efeitos multiplicadores. Do currículo constam os seguintes custos para o desenvolvimento humano:

- Cerca de 1,8 milhões de mortes de crianças por ano causadas por diarreia (4.900 mortes por dia), ou seja, uma população menor de cinco anos de dimensão equivalente à existente nas cidades de Nova Iorque e Londres juntas (figura 2). Em conjunto, a água imprópria para consumo e o mau saneamento constituem a segunda maior causa mundial de mortalidade infantil. As mortes por diarreia em 2004 foram seis vezes mais numerosas do que a média anual de mortes em conflitos armados nos anos 90.

- A perda de 443 milhões de dias escolares por ano devido a doenças relacionadas com a água.
- Perto de metade do total de pessoas dos países em desenvolvimento sofrem, em determinada altura, de um problema de saúde causado pela falta de acesso a água e saneamento.
- Milhões de mulheres passam várias horas por dia a recolher água.
- Ciclos de vida de desfavorecimento afectam milhões de pessoas, com a doença e as oportunidades de educação perdidas na infância resultando em pobreza na vida adulta.

A estes custos humanos pode acrescentar-se o desperdício económico maciço associado à falta de acesso a água e saneamento. A medição destes custos é intrinsecamente complexa. No entanto, novos estudos conduzidos para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano salientam as enormes perdas suportadas por alguns dos países mais pobres do mundo. Os estudos determinam os custos associados com a despesa de saúde, as perdas de produtividade e os desvios de mão-de-obra.

As perdas são mais consideráveis alguns dos países mais pobres. A África Subsariana perde cerca de 5% do PIB, ou cerca de 28,4 mil milhões de dólares por ano, valor que excede os fluxos totais de ajuda e de alívio da dívida para a região em 2003. De uma forma perturbante, estes custos económicos acumulados ocultam o verdadeiro impacto da falta de acesso à água e ao saneamento. A maioria das perdas é sustentada por famílias abaixo do limiar de pobreza, o que atrasa os esforços das pessoas carenciadas para se conseguirem libertar da pobreza.

Seja qual for a medida de eficiência aplicada, os investimentos em água e saneamento têm o potencial de gerar elevados retornos. Cada dólar gasto no sector gera em média 8 dólares em poupança de custos e ganhos de produtividade. Para além deste ganho estático, um melhor acesso à água e ao saneamento tem o potencial de gerar efeitos dinâmicos de longo prazo que impulsionarão a eficiência económica.

Quer seja medida com base nos indicadores de referência de sofrimento humano, de desperdício económico ou de pobreza extrema, a falta de acesso à água e ao saneamento gera resultados aterradores. O reverso da moeda é o potencial de redução daquele défice como meio para o progresso humano. A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas. Os estudos conduzidos para o Relatório demonstram que o acesso à água potável reduz as taxas de mortalidade infantil em mais

Figura 2 A diarreia: o segundo maior assassino de crianças

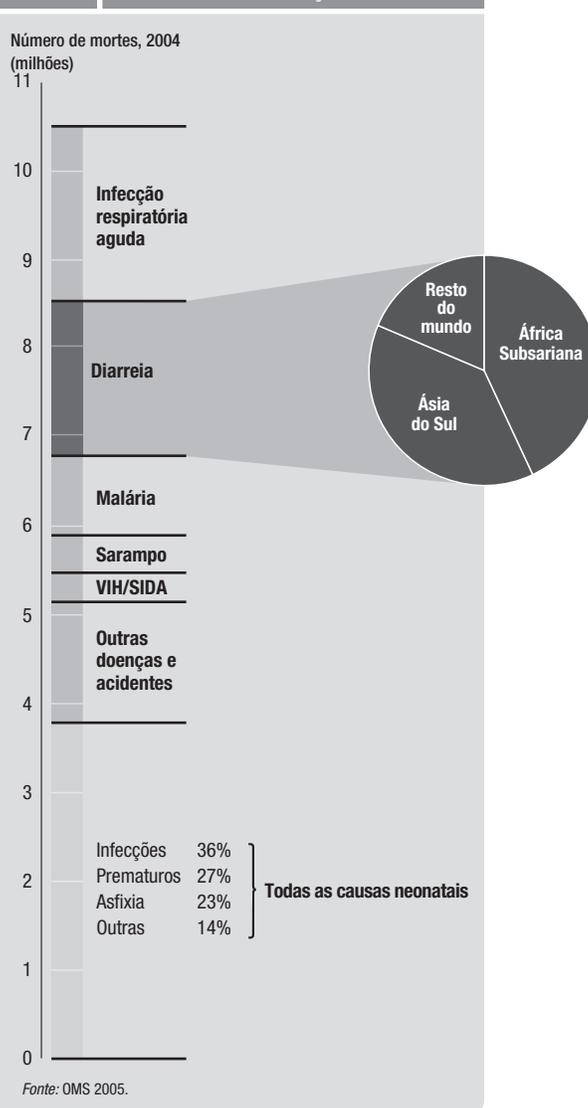


Figura 3 O acesso à água potável e a instalações sanitárias permite reduzir a mortalidade infantil

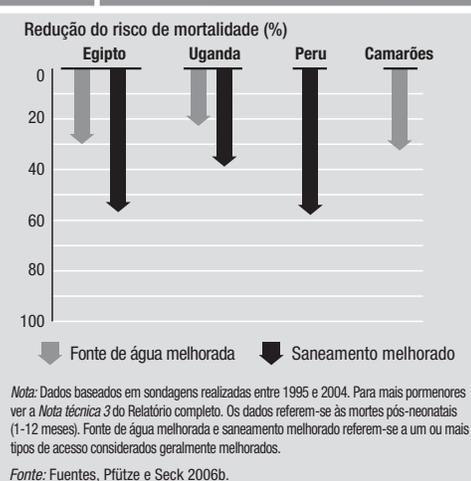
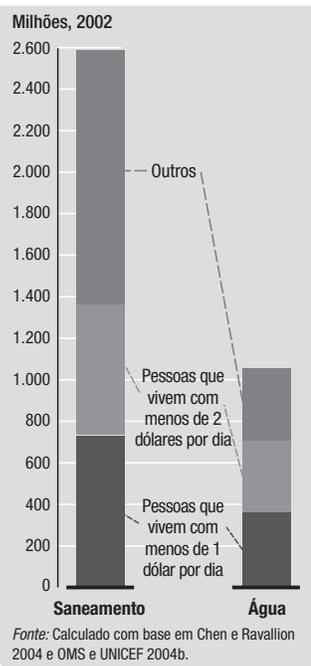


Figura 4

A população pobre representa a maioria das pessoas com falta de acesso a água e a saneamento



de 20% nos Camarões e no Uganda. No Egito e no Peru, a presença de uma retrete com autoclismo em casa reduz o risco de mortalidade infantil em mais de 30% (figura 3).

Uma crise para os pobres, fundamentalmente

A crise da água e do saneamento é, acima de tudo, uma crise dos pobres. Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia, com uma em cada três a viver com menos de 1 dólar por dia (figura 4). Mais de 660 milhões de pessoas sem saneamento vivem com menos de 2 dólares por dia e mais de 385 milhões com menos de 1 dólar por dia.

Estes factos comportam importantes implicações para a política pública. Apontam claramente para a reduzida capacidade das populações sem serviço de abastecimento de financiarem um acesso melhorado através da despesa privada. Se o sector privado pode ter um papel a desempenhar no abastecimento, o financiamento público constitui a chave para ultrapassar a falta de acesso à água e ao saneamento.

Em muitos países, a distribuição do acesso adequado a água e saneamento reflecte a distribuição de riqueza. O acesso a água canalizada nos lares é, em média, de 85% para os 20% mais ricos, em comparação com 25% para os 20% mais pobres (figura 5). A desigualdade vai além do acesso. O princípio perverso que se aplica a grande parte do mundo em desenvolvimento é que as pessoas mais pobres não só têm acesso a menos água, e a menos água potável, como também pagam alguns dos preços mais elevados do mundo:

- As pessoas que vivem nos bairros degradados de Jacarta (Indonésia), Manila (Filipinas) e Nairobi (Quênia) pagam 5 a 10 vezes mais por água e por unidade do que as que vivem nas zonas de elevado rendimento das suas próprias cidades — e mais do que pagam os consumidores em Londres ou Nova Iorque (figura 6).
- As famílias de elevado rendimento utilizam muito mais água do que as famílias carenciadas. Em Dar es Salam (Tanzânia) e Bombaim (Índia), a utilização de água per capita é 15 vezes mais elevada nos subúrbios de alto rendimento ligados ao serviço de abastecimento público do que nos bairros degradados.
- Os preços desiguais da água têm consequências perversas para a pobreza das famílias. Os 20% de famílias mais pobres em El Salvador, Jamaica e Nicarágua gastam em média mais de 10% do seu rendimento familiar em água. No Reino Unido,

um limiar de 3% é considerado um indicador de dificuldades.

Prognóstico para o cumprimento da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não constituem o primeiro conjunto de metas ambiciosas adoptado pelos governos. Conseguir «água e saneamento para todos» no espaço de uma década era uma das metas incluídas num ambicioso conjunto de objectivos adoptado no seguimento de conferências de alto nível nos anos 70 e 80. Os resultados ficaram bem aquém da promessa. Será diferente desta vez?

Em conjunto, o mundo está na pista certa para atingir a meta para a água, devido, em grande parte, a fortes progressos na China e na Índia, mas apenas duas regiões estão no caminho certo no que se refere ao saneamento (a Ásia Oriental e a América Latina). O cenário global oculta grandes variações regionais e nacionais.

- Com base nas actuais tendências, a África Subsariana atingirá a meta da água em 2040 e a meta do saneamento em 2076 (figura 7). No que se refere ao saneamento, a Ásia do Sul está 4 anos desviada da meta e, no domínio da água, os países árabes apresentam um atraso de 27 anos.
- Numa análise país a país, a meta da água não será atingida por 234 milhões de pessoas, com 55 países longe de atingir a meta.
- A meta do saneamento não será atingida por 430 milhões de pessoas, com 74 países que não encontraram o caminho certo.
- Para que a África Subsariana entre no caminho certo, os níveis de ligação da água terão de passar de 10 milhões por ano na década passada para 23 milhões por ano na próxima década. A taxa de prestação de saneamento na Ásia do Sul terá de passar de 25 milhões de pessoas por ano para 43 milhões por ano.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem ser encarados como um limiar mínimo de abastecimento, não como um tecto. Mesmo que sejam atingidos, continuará a persistir um enorme défice global. O que é preocupante, a manter-se a actual trajectória global, é que o mundo não atingirá o limiar definido pela promessa do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as metas

Alterar este cenário não é somente o passo certo a tomar, mas o mais sensato. É o passo certo a tomar

porque a água e o saneamento são direitos humanos básicos — e nenhum governo deve estar disposto a fechar os olhos ao actual nível de violação de direitos humanos ou à perda associada de potencial humano. E é o passo sensato a tomar porque o acesso à água e ao saneamento dota as pessoas de meios para se libertarem da pobreza e de contribuírem para a prosperidade nacional.

É difícil quantificar os potenciais ganhos para o desenvolvimento humano decorrentes do progresso na água e no saneamento. Mas as melhores estimativas sugerem que os benefícios ultrapassam em grande medida os custos. Os custos suplementares associados ao cumprimento do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com base na opção tecnológica sustentável de mais baixo custo ascenderiam a cerca de 10 mil milhões de dólares por ano. Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as da meta para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento teria por resultado:

- Cerca de menos 203.000 mortes de crianças em 2015 e mais de 1 milhão de vidas de crianças poupadas ao longo da próxima década.
- Um ganho adicional de 272 milhões de dias de frequência escolar, só como resultado da redução de casos de diarreia.
- Benefícios económicos totais de cerca de 38 mil milhões de dólares por ano. Os benefícios para a África Subsariana — de cerca de 15 mil milhões de dólares — representariam 60% dos seus fluxos de ajuda em 2003. Os ganhos na Ásia do Sul representariam quase 6 mil milhões de dólares.

Poderá o mundo dar-se ao luxo de suportar os custos de um progresso acelerado em direcção ao abastecimento de água e saneamento? A questão que deve ser colocada é: poderá o mundo dar-se ao luxo de *não* realizar estes investimentos?

O preço de 10 mil milhões de dólares anexado ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio parece uma quantia avultada — mas há que considerá-lo contextualmente. Representa menos do valor global da despesa militar em cinco dias e menos de metade do que os países ricos despendem anualmente em água mineral. É um pequeno preço a pagar por um investimento que pode poupar milhões de vidas jovens, libertar um potencial de educação desperdiçado, salvar as pessoas de doenças que as privam da sua saúde e gerar um retorno económico que impulsionará a prosperidade.

Quatro pilares para o sucesso

Se as conferências internacionais de alto nível, as declarações de incentivo e as metas ambiciosas pu-

Figura 5 A divisão da água

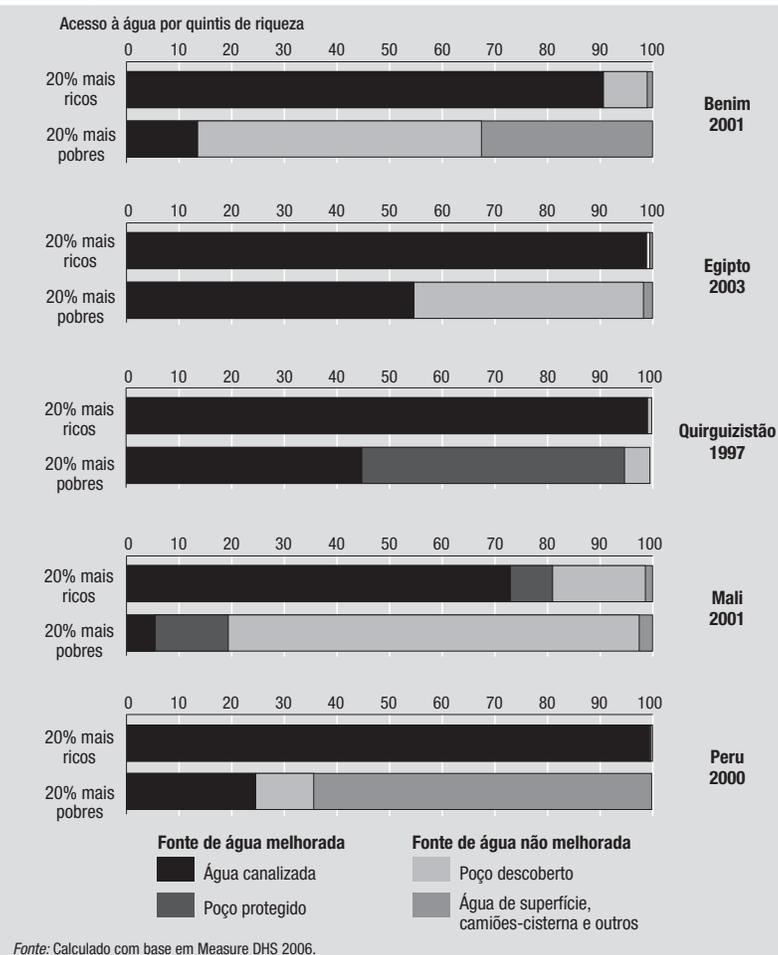
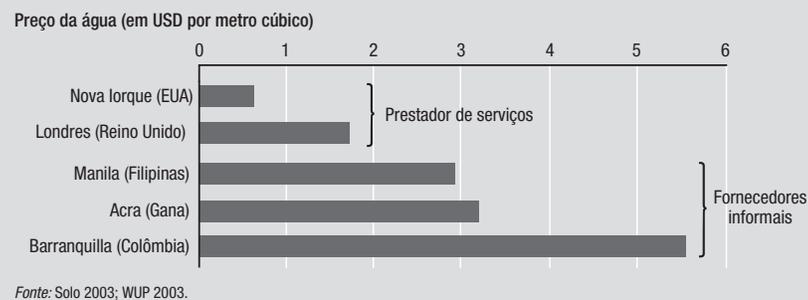


Figura 6 Preços da água: os pobres pagam mais, os ricos pagam menos



dessem fornecer água potável e saneamento básico, há muito que a crise mundial já teria sido resolvida. Desde meados dos anos 90, tem-se verificado um florescimento de conferências internacionais sobre o tema da água, acompanhado por uma proliferação de parcerias internacionais de alto nível. Entretanto, existem 23 agências da ONU a lidar com a água e o saneamento.

Tantas conferências, tanta actividade — e tão pouco progresso. Analisando a década passada, é

difícil escapar à conclusão de que a água e o saneamento sofreram de um excesso de palavras e de um défice de acção. O que é necessário na próxima década é um movimento internacional concertado que deve começar por estratégias de propriedade nacional, mas incorporando um plano de acção global. Não há planos prontos a usar para a reforma, mas quatro pilares são fundamentais para o sucesso.

- *Converter a água num direito humano — e fazer com que seja cumprido.* Todos os governos deveriam ir além dos vagos princípios constitucionais para a preservação do direito humano à água na legislação em vigor. Para ser cumprido, o direito humano deve corresponder a uma habilitação a um abastecimento de água seguro, acessível e a um preço razoável. A habilitação apropriada deverá variar por país e circunstâncias familiares. Mas implica, no mínimo, uma meta de pelo menos 20 litros de água potável por dia para cada cidadão — e sem qualquer custo para as pessoas com falta de meios para o seu pagamento. Devem ser estabelecidos indicadores de referência claros para o progresso em direcção à meta, com a responsabilização dos governos nacionais e locais e também dos fornecedores de água. Se os fornecedores privados têm um papel a desempenhar no abastecimento de água, alargar o direito humano à água é uma obrigação dos governos.
- *Delinear estratégias nacionais para a água e o saneamento.* Todos os governos deveriam preparar planos nacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento, com metas ambiciosas apoiadas por financiamento e estratégias claras para ultrapassar as desigualdades. A água e, ainda mais, o saneamento, são os parentes pobres do planeamento da redução da pobreza. Sofrem de um subfinanciamento crónico, usufruindo geralmente de uma despesa pública inferior a 0,5% do PIB. Os investimentos na água e no saneamento, que podem salvar vidas, são ofuscados pela despesa militar. Na Etiópia, o orçamento militar é 10 vezes superior ao da água e saneamento — no Paquistão, 47 vezes (figura 8). Os governos deveriam ter como objectivo um mínimo de 1% do PIB para a água e o saneamento. Lidar com a desigualdade exigirá um compromisso com estratégias de financiamento, incluindo transferências fiscais, subsídios cruzados e outras medidas, que ofereçam às pessoas carenciadas água e saneamento a preços acessíveis. As estratégias nacionais deveriam englobar indicadores de referência para uma maior equidade, incluindo:
 - *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.* Complementar a meta de 2015 de reduzir a

metade a proporção de pessoas sem acesso a água e saneamento com políticas para reduzir a metade a discrepância nos rácios de cobertura entre ricos e pobres.

- *Documentos de estratégia para a redução da pobreza.* Fazer da água e do saneamento prioridades fundamentais, com metas e objectivos claros ligados a medidas de financiamento de médio prazo.
- *Fornecedores de água.* Assegurar que os prestadores de serviços, públicos e privados, em conjunto com os organismos municipais, incluem indicadores de referência claros relativamente à equidade, com penalidades associadas ao incumprimento.
- *Apoio a planos nacionais através da ajuda internacional.* Para muitos dos países mais pobres a ajuda ao desenvolvimento é essencial. O progresso na água e no saneamento exige substanciais investimentos iniciais com longos períodos de reembolso. As restrições às receitas governamentais limitam a capacidade de financiamento de muitos dos países mais pobres, ao passo que o potencial de recuperação de custos é limitado por elevados níveis de pobreza. A maioria dos doadores reconhece a importância da água e do saneamento. No entanto, a ajuda ao desenvolvimento diminuiu em termos reais ao longo da última década e poucos doadores encaram o sector como uma prioridade: o sector representa agora menos de 5% da ajuda ao desenvolvimento. Os fluxos de ajuda devem ser praticamente duplicados para que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estejam ao alcance, com um crescimento de 3,6 a 4 mil milhões de dólares por ano. São essenciais estratégias de financiamento inovadoras, como as que são preconizadas no quadro do Mecanismo de Financiamento Internacional, para oferecer actualmente o financiamento inicial para prevenir a iminente discrepância face à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ver contributo especial de Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala). Os doadores devem agir em apoio de estratégias detidas e lideradas nacionalmente, oferecendo um apoio previsível e a longo prazo. Existe também raio de acção para apoiar os esforços dos governos locais e dos serviços de abastecimento municipais para angariar financiamento a partir dos mercados de capitais locais.
- *Desenvolvimento de um plano de acção global.* Os esforços internacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento têm-se mostrado fragmentados e ineficazes, com um excesso de conferências de alto nível e uma ausência crónica

de acção prática. Em contraste com a força da resposta internacional ao VIH/SIDA e à educação, a água e o saneamento não têm figurado em posição proeminente na agenda global do desenvolvimento. Tendo-se comprometido com um plano de acção global há dois anos, os países do Grupo dos Oito não estabeleceram a água e o saneamento como prioridade. O desenvolvimento de um plano de acção global para mobilizar financiamento à ajuda, apoiar os governos dos países em desenvolvimento para tirarem partido dos mercados de capitais locais e aumentar a criação de capacidade poderia funcionar como um núcleo central para a defesa pública e os esforços políticos na água e no saneamento.

Fornecer água para a vida

«O direito humano à água», declara o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU, «habilita cada pessoa a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço para uso pessoal e doméstico». Estes cinco atributos básicos representam os pilares da segurança da água. No entanto, são violados em larga escala.

Por que razão as pessoas carenciadas têm um menor acesso a água potável e pagam mais por ela? Nas áreas urbanas, a fonte de água mais barata e mais fiável é habitualmente o serviço de abastecimento que mantém a rede. As famílias carenciadas têm menor probabilidade de estarem ligadas à rede — e maior probabilidade de receber água de uma série de fontes não tratadas. Em Dar es Salam, na Tanzânia, ou em Uagadugu, no Burquina Faso, menos de 30% dos lares têm ligação a um serviço de abastecimento.

Quando os lares não têm ligação, as suas opções são limitadas. Ou recolhem água de fontes não tratadas ou de uma fonte pública, ou compram água a uma série de intermediários, incluindo operadores de fontanários, vendedores ambulantes de água e operadores de camiões-cisterna. O debate sobre a privatização da água tem ignorado o facto de que a grande maioria das pessoas carenciadas está já a comprar a sua água em mercados privados. Estes mercados fornecem água de variada qualidade a preços elevados.

Preços elevados para as pessoas carenciadas

A distância do serviço de abastecimento público inflaciona os preços. Como a água passa por vários intermediários e cada um acrescenta custos de transporte e de comercialização, os preços são progressi-



vamente elevados. As pessoas carenciadas que vivem em bairros degradados pagam frequentemente 5 a 10 vezes mais por litro de água do que as pessoas abastadas que vivem na mesma cidade.

As políticas de preço dos serviços de abastecimento público agravam o problema. A maioria dos serviços de abastecimento implementa agora tarifas por escalão progressivamente crescentes. O objectivo é aliar a equidade à eficiência através da elevação do preço em consonância com o volume de água utilizado. Na prática, acabam frequentemente por aprisionar as famílias mais carenciadas nos escalões mais altos. A razão: os intermediários que servem as famílias carenciadas compram água a granel à taxa mais elevada (figura 9). Em Dacar as famílias carenciadas que recorrem a fontes públicas pagam mais de três vezes o preço cobrado às famílias ligadas ao serviço de abastecimento.

Se os preços dos serviços de abastecimento público são bastante mais baixos, por que razão os lares carenciados não se ligam ao serviço? Frequentemente porque não têm meios de pagar a taxa de ligação: mesmo nos países mais pobres, esta taxa pode ultrapassar os 100 dólares. Em Manila, o custo de ligação ao serviço de abastecimento representa cerca

Do Japão à União Europeia, e passando pelos Estados Unidos, as pessoas do mundo desenvolvido tomam a água potável e o saneamento básico por garantidos. Mas, em várias zonas do mundo, muitas pessoas ainda não têm acesso a estes direitos humanos básicos. Este Relatório documenta devidamente os custos sociais e económicos de uma crise na água e no saneamento.

A água e o saneamento não somente são essenciais para a vida humana como constituem os blocos de construção do desenvolvimento em qualquer país. É por esta razão que um dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tem uma meta específica de reduzir a metade o número de pessoas sem acesso sustentável a água potável e a saneamento até 2015.

A falta de água potável e de saneamento afecta desproporcionalmente as mulheres e as raparigas, tradicionalmente responsáveis pela obtenção de água para a família. Para as raparigas em idade escolar, o tempo gasto a viajar — horas, por vezes — até à fonte de água mais próxima é tempo perdido em educação, negando-lhes a oportunidade de conseguir trabalho e de melhorar a saúde e os padrões de vida das suas famílias e de si próprias. As escolas sem acesso a água potável ou a saneamento constituem uma poderosa prova da interligação entre o desenvolvimento humano e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: não é possível criar sistemas de educação eficazes quando as crianças estão constantemente doentes e ausentes da escola. E não é possível oferecer educação a todos quando as raparigas são mantidas em casa porque os seus pais se preocupam com a ausência de instalações sanitárias separadas.

Hoje todos compreendem o vínculo existente entre água potável, melhor saúde e maior prosperidade. Temos o conhecimento, a tecnologia e os recursos financeiros para tornar a água potável e o saneamento uma realidade para todos. Devemos agora alinhar estes recursos com a vontade política para agir.

A infra-estrutura de um sistema eficaz de água e saneamento à escala nacional — desde canalização de água a estações de bombagem e redes de esgotos — exige um investimento a uma escala superior à que os países mais pobres podem aspirar neste momento. Por outro lado, exige avultados investimentos iniciais, bem como custos de manutenção de mais longo prazo. Dada a elevada proporção de pessoas dos países em desenvolvimento sem acesso a água e saneamento e que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia, não é viável satisfazer estes custos iniciais através de tarifas dos utilizadores.

Em 2005, os governos dos países desenvolvidos prometeram aumentar o montante global da ajuda para o desenvolvimento. A União Europeia comprometeu-se a aumentar a ajuda para 0,7% do seu rendimento até 2015. O G8 comprometeu-se a duplicar a ajuda à África até 2010. Ao efectuar aquela promessa, o G8 reconheceu que uma das finalidades desta ajuda era assegurar que as populações dos países em desenvolvimento teriam acesso a água salubre e saneamento. Contudo, os aumentos tradicionais nos orçamentos da ajuda dos doadores não serão suficientes para fornecer os recursos adicionais e cumprir as metas de ajuda que foram estabelecidas. São necessários mecanismos de financiamento inovadores para reunir o financiamento urgentemente necessário para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — e em nenhuma área tal se torna mais evidente do que na água e no saneamento.

Muito francamente, o mundo não pode esperar que os fluxos de financiamento graduais comecem a produzir retornos antes de lidar com a crise da água e do saneamento. Esta crise está a matar crianças e a impedir o desenvolvimento actual — e temos de agir agora. Foi por esta razão que se analisou e implementou uma série de mecanismos de financiamento inovadores com vista a mobilizar financiamentos iniciais para o desenvolvimento. O Mecanismo de Financiamento Internacional (MFI) é um exemplo.

O MFI mobiliza recursos de mercados de capitais internacionais através da emissão de obrigações de longo prazo que são amortizadas pelos países doadores no prazo de 20 a 30 anos. Uma massa crítica de recursos pode assim ser disponibilizada imediatamente para o investimento no desenvolvimento, ao passo que a amortização é efectuada ao longo de um período maior, com base nos orçamentos para a ajuda dos países desenvolvidos.

Os princípios da concentração dos gastos no início do período já foi aplicado ao MFI para a Vacinação, que, através do investimento imediato de 4 mil milhões de dólares extra em vacinas para doenças evitáveis, poupará o impressionante número de 5 milhões de vidas entre o momento actual e 2015 e outros 5 milhões de então em diante.

Estes princípios podem também ser bastante relevantes para a água. As taxas de retorno dos investimentos iniciais na água e no saneamento ultrapassariam largamente os custos de empréstimos realizados nos mercados de obrigações, mesmo levando em conta os custos dos juros. Efectivamente, a OMS estimou que o retorno de um investimento de 1 dólar em saneamento e higiene nos países de baixo rendimento é de 8 dólares, em média. Trata-se de um bom investimento, qualquer que seja o sistema de contabilidade que o avalie.

A mobilização de recursos de mercados de capitais para investimento em água e saneamento não é nova. Os países industriais utilizaram emissões de obrigações e mercados de capitais para obter financiamento para o investimento em água e infra-estruturas de saneamento no começo do século passado. E, mais recentemente, países como a África do Sul emitiram obrigações municipais para aumentar rapidamente a massa crítica de recursos para efectuar um investimento de tal ordem.

Evidentemente, temos de reconhecer que as novas parcerias para a ajuda subjacentes aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem um compromisso de dois sentidos. Há obrigações e responsabilidades de parte a parte. Os países em desenvolvimento devem ser julgados pela sua capacidade de utilizar os recursos da ajuda com eficiência e transparência de forma a fazer chegar água salubre e saneamento aos mais pobres. Mas eles e os seus cidadãos têm o direito de esperar que boas políticas sejam apoiadas por um fluxo previsível de financiamento à ajuda proporcional à escala do desafio.

Os países desenvolvidos devem ser julgados não somente pelo seu apoio aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas também pela disponibilização de recursos para alcançá-los. Ajudar a fornecer água salubre e saneamento básico demonstrará que estas promessas são mais do que uma simples moda passageira — que são um compromisso para a nossa geração.



Gordon Brown, deputado parlamentar,
Ministro das Finanças, Reino Unido



Ngozi Okonjo-Iweala, ex-Ministro das Finanças, Nigéria

de três meses de rendimentos dos 20% de famílias mais pobres, elevando-se a seis meses no Quênia urbano. A localização é outro obstáculo à ligação. Em muitas cidades, os serviços de abastecimento público recusam-se a efectuar a ligação em lares sem títulos de propriedade formais, excluindo assim algumas das famílias mais carenciadas.

As famílias rurais enfrentam outro tipo de problemas. Como vivem longe das redes formais, as comunidades rurais costumam gerir os seus próprios sistemas de água, embora os organismos governamentais estejam envolvidos na prestação do serviço. A maioria destes organismos tem funcionado através de um modelo de «comando e controlo», fornecendo frequentemente tecnologias inadequadas a localizações inadequadas praticamente sem qualquer consulta. O resultado tem sido uma combinação de subfinanciamento e de baixa cobertura, cabendo às mulheres das zonas rurais suportar o custo através da recolha de água em fontes distantes.

O papel crucial dos fornecedores públicos

Nos últimos anos, o debate internacional sobre o direito humano à água tem sido dominado por discussões acaloradas sobre os papéis específicos dos sectores privado e público. Foram levantadas questões importantes, mas o diálogo tem gerado mais entusiasmo do que luz.

Alguns programas de privatização têm gerado resultados positivos. Mas os progressos, de uma maneira geral, não são encorajadores. Da Argentina à Bolívia, das Filipinas aos Estados Unidos, a convicção de que o sector privado constitui a panaceia para libertar a equidade e eficiência necessárias para acelerar o progresso em direcção à água para todos mostrou-se errada. Se estes fracassos passados relativos às concessões de água não oferecem provas de que o sector privado não tem qualquer papel a desempenhar, apontam efectivamente para a necessidade de uma maior cautela, regulação e compromisso com a equidade nas parcerias público-privadas.

Dois aspectos específicos do fornecimento de água em países com taxas de cobertura baixas contrariam a deposição de uma confiança indevida no sector privado. Em primeiro lugar, o sector da água possui muitas das características de um monopólio natural. À falta de uma forte capacidade reguladora para proteger o interesse público através das regras de fixação de preços e de investimento, subsistem perigos de abuso de monopólio. Em segundo lugar, em países com elevados níveis de pobreza entre as populações sem serviço, o financiamento público é fundamental para ampliar o acesso, indepen-

Figura 8 Água: uma baixa prioridade em muitos orçamentos

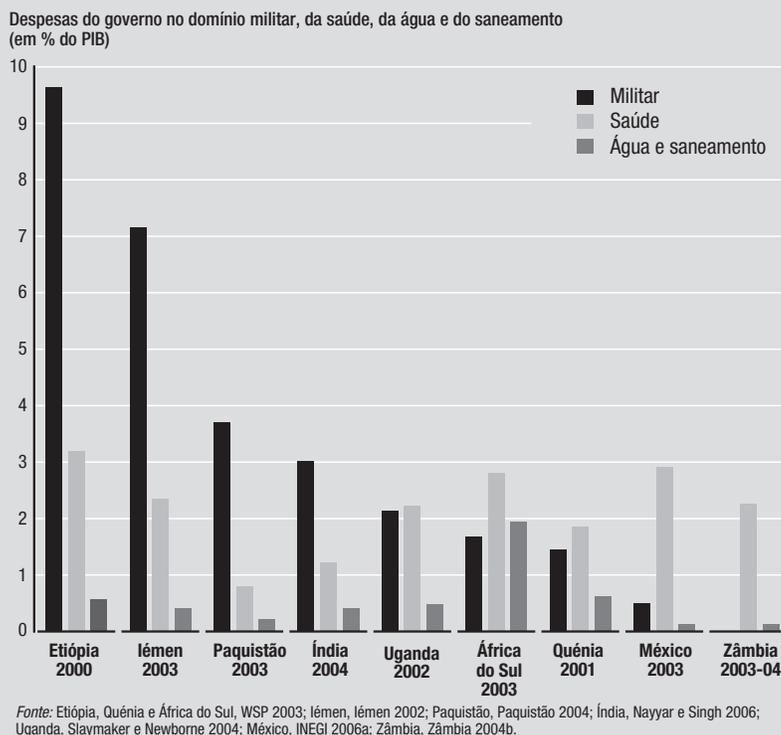
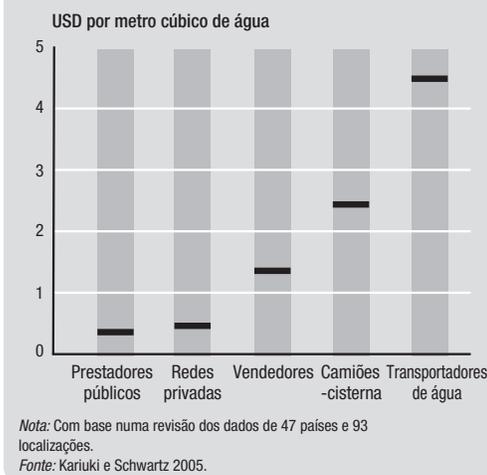


Figura 9 Os prestadores públicos de serviços fornecem a água mais barata



dentemente do facto do fornecedor ser público ou privado.

O debate sobre a privatização desviou algumas vezes a atenção da questão mais urgente da reforma dos serviços públicos de abastecimento. Os fornecedores públicos dominam o abastecimento de água, respondendo por mais de 90% da água fornecida através de redes de abastecimento nos países em desenvolvimento. Muitos serviços de abastecimento

O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas

de propriedade estatal não chegam às pessoas carenciadas, numa combinação de ineficiência e desresponsabilização na gestão com desigualdade no financiamento e na fixação de preços. Mas alguns serviços públicos de abastecimento — Porto Alegre, no Brasil, é um exemplo notável — conseguiram tornar a água acessível a todos e a bom preço.

Existem agora algumas oportunidades reais de aprender com os fracassos e construir com base nos sucessos. O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas.

Alguns países registaram um progresso rápido no fornecimento de água. Da Colômbia ao Senegal e à África do Sul, foram desenvolvidas estratégias inovadoras para alargar o acesso às famílias carenciadas das áreas urbanas. Apesar das populações rurais continuarem globalmente atrasadas face às populações urbanas, países tão diferentes como Marrocos e o Uganda conseguiram crescimentos rápidos na cobertura. Quais são as chaves para o sucesso?

A liderança política e objectivos realistas fazem a diferença

Como é sublinhado ao longo do Relatório, não existem soluções prontas a usar. As políticas que produzem resultados positivos para as pessoas carenciadas num determinado cenário podem fracassar noutra. No entanto, algumas lições gerais podem ser retiradas de histórias de sucesso. A primeira, e talvez a mais relevante, é que a liderança política é importante. A segunda é que o progresso depende do estabelecimento de metas realistas nos planos nacionais, apoiados por financiamento e estratégias para superar a desigualdade.

O que não significa conferir um apoio inócuo a subsídios generalizados. Subsídios bem concebidos no Chile, na Colômbia e na África do Sul chegam efectivamente às pessoas carenciadas e fazem de facto a diferença (figura 10). Mas, em muitos casos, subsídios ostensivamente projectados para aumentar a equidade na fixação de preços dos serviços de abastecimento oferecem vastas transferências aos mais abastados, com poucos benefícios para as famílias carenciadas que não estão ligadas aos serviços de abastecimento. De igual modo, em grande parte da África Subsariana, são as famílias de maior rendimento com ligações aos serviços de abastecimento que mais beneficiam da água comercializada a preços bastante mais baixos do que o nível necessário para cobrir as operações e os custos de manutenção.

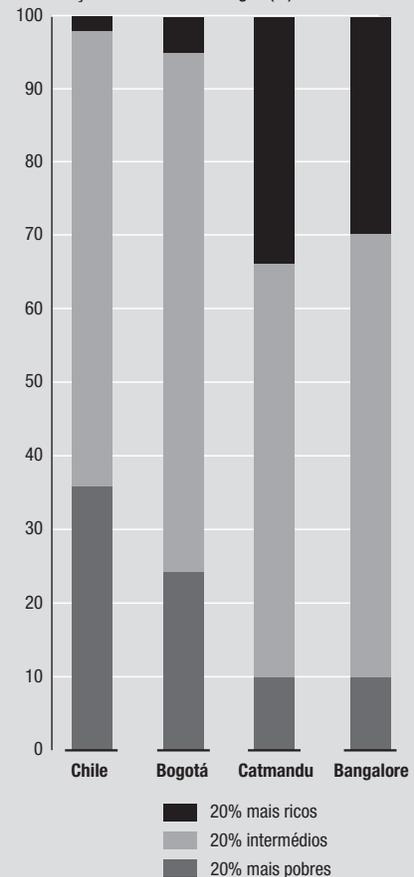
A regulação e a recuperação sustentável de custos são fundamentais para a equidade e a eficiência

Como as redes de água são monopólios naturais, a regulação deve assegurar que os fornecedores cumpram as normas de eficiência e equidade — que protejam, efectivamente, os interesses do consumidor. Tem sido difícil estabelecer órgãos reguladores fortes e independentes em muitos países em desenvolvimento, o que conduz a interferências políticas e a desresponsabilização. Mas os esforços para criar regulação através do diálogo entre os serviços de abastecimento e os cidadãos geraram alguns avanços de peso — como aconteceu em Hyderabad, na Índia.

De uma forma mais genérica, é importante que os governos alarguem a esfera da regulação dos fornecedores de redes formais aos mercados paralelos a que as pessoas carenciadas recorrem. Regular não significa restringir as actividades dos fornecedores que servem as pessoas carenciadas. Significa antes trabalhar com estes fornecedores para assegurar a

Figura 10 **Quão progressivos são os subsídios da água?**

Distribuição dos subsídios da água (%)



Fonte: Komives e outros 2005.

adesão a regras de fixação de preços equitativos e de qualidade da água.

Qualquer programa de reforma deve integrar uma recuperação de custos sustentável e equitativa. Em muitos casos, existem bases sólidas para elevar os preços da água para níveis mais realistas e para melhorar a eficiência da gestão da água: em muitos países as perdas de água são demasiado elevadas e a angariação de receitas demasiado baixa para financiar um sistema viável.

A definição de sustentável e de equitativo varia de país para país. Em muitos países de baixos rendimentos, o raio de acção para a recuperação de custos é limitado pela pobreza e por baixos rendimentos médios. Uma despesa pública apoiada pela ajuda é fundamental. Os países de rendimentos médios têm um maior raio de acção para uma recuperação de custos equitativa caso os governos implementem mecanismos que limitem a carga financeira suportada pelas famílias carenciadas.

Os países de rendimentos médios e alguns de rendimentos baixos detêm também potencial para tirar maior partido dos mercados de capitais locais. Esta é uma área em que o apoio internacional pode fazer a diferença através de garantias de crédito e outros mecanismos que reduzem as taxas de juro e as percepções de risco por parte do mercado.

Com base na estrutura de planeamento nacional e global descrita no Capítulo 1, entre as estratégias nucleares para ultrapassar as desigualdades nacionais no acesso à água contam-se:

- Estabelecer metas claras para a diminuição da desigualdade enquanto parte integrante da estratégia nacional de redução da pobreza e do sistema de notificação do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a redução a metade das disparidades de cobertura entre ricos e pobres.
- Estabelecer tarifas subsidiadas que ofereçam água suficiente para as necessidades básicas gratuitas ou a taxas acessíveis, tal como na África do Sul.
- Assegurar que nenhuma família tenha de despende mais de 3% do seu rendimento para satisfazer as suas necessidades de água.
- Orientar os subsídios das ligações e da utilização de água para as famílias carenciadas, tal como se fez no Chile e na Colômbia.
- Aumentar os investimentos no fornecimento de fontes públicas como estratégia transitória para disponibilizar água potável e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
- Promulgar legislação que legitime as pessoas a obrigarem os fornecedores a prestarem contas.
- Incorporar nos contratos de parcerias público-privadas indicadores de referência claros rela-

tivos à equidade na extensão do acesso a bom preço às famílias carenciadas.

- Desenvolver sistemas de regulação que sejam eficazes e politicamente independentes, cujo alcance não se limite à rede de abastecimento público mas que abranja os fornecedores paralelos.

Colmatar o enorme défice de saneamento

«Os esgotos são a consciência da cidade», escreveu Victor Hugo em *Os Miseráveis*. Ele descrevia a Paris do século XIX, mas o estado do saneamento continua a ser um poderoso indicador do estado do desenvolvimento humano em qualquer comunidade.

Quase metade do mundo em desenvolvimento não tem acesso a saneamento. São ainda mais as pessoas que não têm acesso a um saneamento de boa qualidade. Este défice encontra-se amplamente disseminado. As taxas de cobertura são escandalosamente baixas em muitos dos países mais pobres do mundo: o acesso está disponível apenas a 1 em cada 3 pessoas, aproximadamente, na África Subariana e no Sul da Ásia — na Etiópia este valor diminui para 1 em cada 7. E as taxas de cobertura não dão conta da dimensão real do problema, especialmente em países de rendimentos mais elevados. Em Jacarta e Manila, os velhos sistemas de esgotos foram esmagados por uma rápida urbanização e um subinvestimento crónico, conduzindo à rápida disseminação de latrinas com fossa. Estas latrinas contaminam agora a água subterrânea e desaguam nos rios, poluindo as fontes de água e colocando em perigo a saúde pública.

O acesso ao saneamento oferece benefícios a vários níveis. Estudos conduzidos em vários países demonstram que o método de eliminação de excrementos é um dos determinantes mais fortes da sobrevivência infantil: a transição do saneamento não tratado para o melhorado reduz a mortalidade infantil geral em cerca de um terço. Um saneamento melhorado proporciona também vantagens à saúde pública, aos meios de subsistência e à dignidade — vantagens que, das famílias, se estendem a comunidades inteiras. As instalações sanitárias podem parecer um catalisador improvável do progresso humano — mas as evidências são esmagadoras.

Por que razão o défice é tão vasto

Se o saneamento é tão fundamental para o progresso económico e social, por que razão o défice é tão vasto

Mais ainda do que a água, o saneamento ressentem-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político

As iniciativas lideradas pela comunidade são importantes, mas não se substituem à acção governamental — e o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços

— e por que razão se encontra o mundo tão longe de atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio? Há muitos factores em jogo.

O primeiro é a liderança política ou, melhor, a sua ausência. As políticas públicas de saneamento são tão relevantes para o estado de uma nação como a gestão económica, a defesa ou o comércio e, no entanto, o saneamento é uma prioridade de segunda ou terceira ordem. Mais ainda do que a água, o saneamento ressentem-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político.

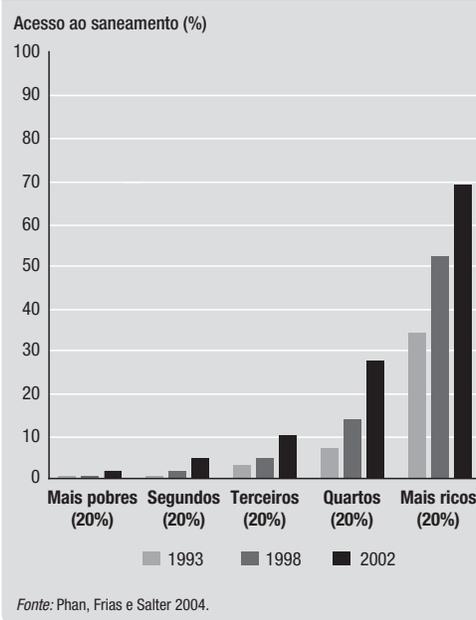
A pobreza é outro obstáculo ao progresso: as famílias mais carenciadas não dispõem frequentemente de meios financeiros para adquirir instalações sanitárias (figura 11). Mas outros factores limitam igualmente o progresso, incluindo a procura doméstica e a desigualdade de géneros. As mulheres tendem a dar mais importância ao saneamento do que os homens, mas as prioridades femininas têm menos peso no orçamento familiar.

De que forma as parcerias entre a comunidade e o governo podem ajudar

A assustadora escala do défice de saneamento e o lento progresso realizado para colmatá-lo são encarados por alguns como provas de que a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é agora irrealista. Esta preocupação é justificada, mas a conclusão é falaciosa. Existem muitos exemplos de progresso rápido no saneamento, alguns dinamizados a partir de baixo, pelas comunidades locais, e outros liderados pelos governos:

- Na Índia e no Paquistão, as associações de moradores de bairros degradados colaboraram para proporcionar saneamento a milhões de pessoas, recorrendo ao poder das comunidades para mobilizar recursos. A Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados, na Índia, e o Projecto-Piloto de Orangi, no Paquistão, entre muitas outras organizações comunitárias, demonstraram o que é possível fazer através de acções práticas.
- A Campanha para o Saneamento Total, no Bangladesh, começou por ser um projecto comunitário que aumentou de escala e se converteu num programa nacional que está a alcançar rápidos incrementos no acesso ao saneamento. O Camboja, a China, a Índia e a Zâmbia também o adoptaram.
- Programas governamentais na Colômbia, no Lesoto, em Marrocos e na Tailândia expandiram o acesso ao saneamento em todos os escalões de rendimentos. Bengala Ocidental, na Índia, também alcançou progressos extraordinários.

Figura 11 No Vietname os pobres estão a ser deixados para trás



- No Brasil, o «sistema condominial de esgotos» reduziu custos e levou o saneamento a milhões de pessoas — e está agora a ser adoptado por outros países.

Cada uma destas histórias de sucesso tem raízes diferentes. Foram desenvolvidas políticas públicas amplamente divergentes para responder aos problemas locais. Mas em cada um dos casos a tônica foi colocada no desenvolvimento da procura pelo saneamento e não na aplicação de modelos de fornecimento do lado da oferta, emanando do topo para a base. A iniciativa e o envolvimento da comunidade foram fundamentais. Mas igualmente fundamental foi a interacção entre os organismos governamentais e as comunidades locais.

Soluções locais para problemas locais podem constituir o ponto de partida para a mudança. Mas cabe aos governos criarem as condições para solucionar problemas nacionais através da mobilização de financiamento e da criação de condições para que os mercados possam oferecer tecnologias apropriadas a um preço acessível. As iniciativas lideradas pela comunidade são importantes — fundamentais, até. No entanto, não se substituem à acção governamental. E o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços.

Superar o estigma dos detritos humanos

Uma das lições mais importantes das histórias de sucesso do saneamento é que um progresso rápido

é possível. Com o apoio dos doadores de ajuda, até os países mais pobres têm capacidade para mobilizar recursos para alcançar a mudança. Talvez o maior obstáculo possa ser resumido a uma única palavra: estigma.

Verificam-se alguns paralelos desconfortáveis entre o saneamento e o VIH/SIDA. Até muito recentemente, os tabus culturais e sociais que rodeavam o VIH/SIDA impediam o desenvolvimento de respostas nacionais e internacionais eficazes, com um enorme custo humano. Este tabu tem estado a enfraquecer, em parte devido à escala da destruição — mas também porque o VIH/SIDA afecta todos os membros da sociedade ignorando distinções baseadas na riqueza.

No saneamento, o tabu persiste em manter-se intacto. Isto ajuda a explicar porque é que a questão não é alvo de uma liderança política de alto nível e raramente figura em campanhas eleitorais ou no debate público. Uma das razões pelas quais o estigma tem levado tanto tempo a dissipar-se é porque a crise do saneamento, ao contrário da crise do VIH/SIDA, é mais discriminatória: é, na sua esmagadora maioria, uma crise dos pobres, não dos ricos. Lidar com a crise exigirá uma maior consciencialização da escala dos custos gerados pelo défice de saneamento, bem como um reconhecimento mais generalizado de que o saneamento é um direito básico.

Entre os principais desafios políticos do saneamento, encontram-se:

- Desenvolver instituições políticas nacionais e locais que reflectam a importância do saneamento para o progresso social e económico.
- Tirar partido de iniciativas ao nível comunitário através de intervenções governamentais destinadas a disseminar as melhores práticas.
- Investir em abordagens lideradas pela procura através das quais os prestadores de serviços respondam às necessidades das comunidades, dando voz às mulheres no ordenamento de prioridades.
- Alargar o apoio financeiro às famílias mais carenciadas de modo a garantir que o saneamento seja uma opção a preços acessíveis.

Gerir a escassez, o risco e a vulnerabilidade da água

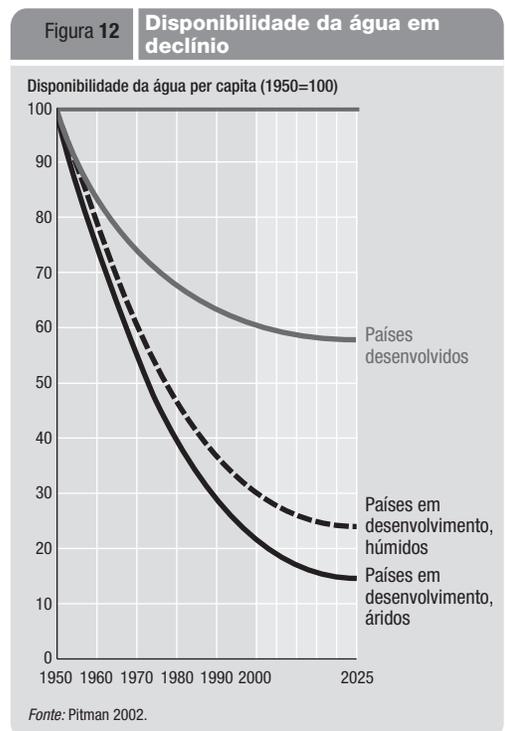
Nestes primeiros anos do século XXI, os debates em torno da água reflectem um diagnóstico malthusiano do problema. Têm sido avançados alertas inquietantes apontando para a «aritmética sombria» do crescimento populacional e da diminuição da disponibilidade de água. Estará o mundo a esgotar a sua água?

De modo nenhum. Mas a insegurança da água representa efectivamente uma ameaça ao desenvolvimento humano para uma vasta parcela, e crescente, da humanidade. A competição, o stress ambiental e a imprevisibilidade do acesso à água enquanto recurso produtivo constituem poderosos catalisadores da insegurança da água para uma vasta parcela da população global.

Do ponto de vista global, existe água mais do que suficiente para todos e para satisfazer todas as necessidades da humanidade. Então por que razão a escassez da água constitui um problema? Em parte porque a água, tal como a riqueza, encontra-se desigualmente distribuída entre os países e no interior dos mesmos (figura 12). Qual a vantagem para os países do Médio Oriente que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos que o Brasil e o Canadá disponham de mais água do que alguma vez virão a usar? De igual modo, as áreas sujeitas à seca no Nordeste do Brasil em nada são ajudadas pelo facto da disponibilidade média de água do país ser uma das mais elevadas do mundo. Outro problema é que o acesso à água enquanto recurso produtivo exige o acesso a infra-estrutura, também este alvo de distorções entre países e no interior dos mesmos.

Medido com base em indicadores convencionais, a pressão sobre os recursos hídricos está a aumentar. Hoje, cerca de 700 milhões de pessoas em 43 países vivem abaixo do limiar da pressão sobre os recursos hídricos de 1.700 metros cúbicos por pessoa — uma linha divisória assumidamente arbitrária. Em 2025,

A escassez foi induzida por fracassos políticos — no que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito



aquele número elevar-se-á a 3 mil milhões de pessoas, à medida que a pressão sobre os recursos hídricos se intensificar na China, Índia e na África Subsariana. Baseando-se em médias nacionais, esta previsão não dá conta da real dimensão do problema actual. Os 538 milhões de pessoas do Norte da China vivem já numa região intensamente afectada pela pressão sobre os recursos hídricos. Globalmente, cerca de 1,4 mil milhões de pessoas vivem em zonas de bacias fluviais onde a utilização da água ultrapassa os níveis sustentáveis.

A pressão sobre os recursos hídricos reflecte-se no stress ecológico. Os sistemas fluviais que já não conseguem atingir o mar, a contração dos lagos e a descida dos lençóis freáticos são alguns dos sintomas mais visíveis da utilização abusiva de água. O declínio dos sistemas fluviais — do rio Colorado, nos Estados Unidos, ao rio Amarelo, na China — é um resultado altamente visível da utilização abusiva. Menos visível, mas não menos prejudicial ao desenvolvimento humano, é o rápido esgotamento da água subterrânea no Sul da Ásia. Nalgumas zonas da Índia, os lençóis freáticos estão a cair mais de 1 metro por ano, pondo em risco a produção agrícola futura.

Estes são os verdadeiros sinais de escassez, mas a escassez foi induzida por fracassos das políticas. No que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito. Muito simplesmente, os países têm usado muito mais água do que dispõem, tal como definido pela taxa de renovação. Resultado: uma vasta dívida ecológica baseada na água que será transferida às gerações futuras. Esta dívida levanta questões importantes sobre os sistemas de contabilidade nacionais que fracassam na medição do esgotamento de um capital natural escasso e precioso — e suscita questões importantes sobre a equidade transgeracional. A subcotação (ou custo zero em alguns casos) apoiou a utilização abusiva: se os mercados fornecessem automóveis Porsche a baixo preço, estes também se tornaram escassos.

Os futuros cenários de utilização de água constituem motivo de séria preocupação. Ao longo de quase um século, a utilização de água tem crescido quase duas vezes mais rapidamente do que a população. Esta tendência é para continuar (figura 13). A agricultura de regadio continuará a ser a maior utilizadora de água — responde actualmente por mais de 80% da utilização nos países em desenvolvimento (figura 14). Mas as exigências da indústria e dos utilizadores urbanos estão a crescer rapidamente. Do momento actual até 2050, a água do mundo terá de sustentar os sistemas agrícolas que alimentarão e constituirão o meio de subsistência de mais 2,7 mil milhões de pessoas. Entretanto, a

indústria, e não a agricultura, será responsável pela maior parte do aumento previsto na utilização de água até 2050.

Aumentar a oferta

No passado, os governos respondiam à pressão sobre os recursos hídricos procurando aumentar a oferta. Programas de desvio de rios de grande escala na China e na Índia atestam o apelo continuado desta abordagem. Outras opções do lado da oferta também cresceram em importância. A dessalinização da água do mar está a ganhar terreno, embora os elevados custos energéticos que lhe estão associados tornem esta opção mais adequada para países mais ricos e cidades costeiras. As importações de «água virtual» — água utilizada na produção de produtos alimentares importados — constituem outra opção. No entanto, também aqui, se verificam opções limitadas para os países de baixos rendimentos com vastos défices de alimentação, além de ameaças à segurança alimentar ligadas a uma potencial perda de autonomia.

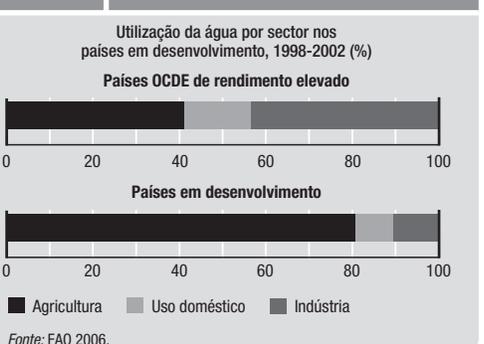
Atenuar a procura

É provável que as políticas do lado da procura sejam mais eficazes. O aumento do rácio de «colheitas por gota» (produzir mais com menos água) através de novas tecnologias orientadas para o crescimento da produtividade tem o potencial de reduzir a pressão sobre os sistemas hídricos. De uma forma mais genérica, as políticas de fixação de preços da água devem reflectir melhor o valor da escassez da água. A remoção atempada de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva constituiria um passo decisivo na direcção certa para países como a Índia e o México, que criaram inadvertidamente incentivos ao esgotamento das águas subterrâneas através de subsídios à electricidade conferidos às grandes explorações agrícolas. Com efeito, os governos têm estado a

Figura 13 O nosso mundo cada vez mais rico e com cada vez mais sede



Figura 14 Como o mundo utiliza a sua água



subsidiar o esgotamento de um recurso natural precioso, transferindo os custos para o ambiente — e para as gerações futuras.

Gerir a incerteza

Muitos governos do mundo em desenvolvimento enfrentam agora a necessidade de gerir severos ajustamentos na água. O realinhamento da oferta com a procura no seio das fronteiras da sustentabilidade ecológica e da disponibilidade de água — um objectivo central nas novas estratégias de gestão integrada de recursos hídricos — tem o potencial de criar simultaneamente vencedores e perdedores. E existem cenários mutuamente benéficos. Mas o perigo reside na possibilidade de que os interesses das pessoas carenciadas sejam ignorados pela proclamação das reivindicações dos grandes produtores agrícolas e da indústria — eleitorados de peso com uma forte voz política. A água é poder em muitas sociedades — e as desigualdades no poder podem induzir fortes desigualdades no acesso à água.

A infra-estrutura da água é fundamental para reduzir a imprevisibilidade e mitigar o risco. Globalmente, as desigualdades no acesso à infra-estrutura são bastantes vastas. Reflectem-se em indicadores simples relativos à capacidade de armazenamento de água: os Estados Unidos armazenam cerca de 6.000 metros cúbicos de água por pessoa e a Etiópia, 43. No entanto, até os países ricos estão expostos a rupturas relacionadas com a água como se comprovou pelo impacto do furacão Katrina em Nova Orleães. Mas os riscos têm maior peso nos países pobres.

As secas e as cheias, formas extremas da insegurança da água, têm consequências devastadoras para o desenvolvimento humano. Em 2005, mais de 20 milhões de pessoas no Corno de África foram afectadas pela seca. Entretanto, as secas que assolaram Moçambique reduziram, calcula-se, o seu RNB em cerca de 20%. A inconstância do regime pluviométrico e as mudanças extremas dos fluxos de água podem destruir activos, enfraquecer os meios de subsistência e reduzir o potencial de crescimento de economias inteiras: a inconstância reduz o potencial de crescimento da Etiópia em cerca de um terço, de acordo com o Banco Mundial. Sociedades inteiras são afectadas. Mas são as pessoas carenciadas que mais sofrem os efeitos das catástrofes relacionadas com a água.

Lidar com as alterações climáticas

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água. Apesar da ame-

ça que o aumento da temperatura representa se encontrar agora solidamente instituída na agenda internacional, pouca atenção tem sido prestada às implicações para os produtores agrícolas vulneráveis dos países em desenvolvimento. A Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas adoptada em 1992 deu o seguinte alerta aos governos: «onde existem riscos de danos sérios e irreversíveis, uma ausência de uma total certeza científica não deve constituir justificação para o protelamento da acção». Poucos alertas foram ignorados de forma mais perigosa.

O aquecimento global transformará os padrões hidrológicos que determinam a disponibilidade da água. Os exercícios de modelação apontam para resultados complexos desencadeados pelos microclimas. Mas o peso esmagador das evidências pode ser resumido numa simples formulação: muitas das zonas do mundo mais sujeitas à pressão sobre os recursos hídricos receberão menos água e os fluxos de água tornar-se-ão menos previsíveis e mais dependentes de acontecimentos adversos. Entre os resultados previstos, contam-se:

- Acentuadas reduções na disponibilidade de água na África Oriental, no Sahel e no Sul de África devido ao declínio do regime pluviométrico e à subida da temperatura, com fortes perdas de produtividade nos produtos alimentares básicos. As previsões relativas às áreas de sequeiro na África Oriental apontam para potenciais perdas de produtividade que podem chegar aos 33% no milho e a mais de 20% no sorgo e de 18% no milho-miúdo.
- A ruptura dos sistemas de produção alimentar, expondo uma proporção suplementar de 75 a 125 milhões de pessoas à ameaça da fome.
- O acelerado degelo dos glaciares, conduzindo a reduções a médio prazo na disponibilidade de água num vasto grupo de países da Ásia Oriental, da América Latina e da Ásia do Sul.
- Rupturas nos padrões das monções no Sul da Ásia, com o potencial de aumento de precipitação mas também de menos dias chuvosos e de mais pessoas afectadas pela seca.
- Subidas crescentes do nível do mar, resultando em perdas de água doce em sistemas de deltas de rios em países como o Bangladeche, o Egipto e a Tailândia.

A resposta internacional à ameaça da segurança da água colocada pelas alterações climáticas tem sido inadequada. Os esforços multilaterais têm-se concentrado na mitigação de futuras alterações climáticas. Estes esforços são fundamentais — e a negociação de reduções mais acentuadas das emissões de carbono após a expiração do actual Protocolo de Quioto, em 2012, é uma prioridade. Restringir o futuro aquecimento global a um aumento não superior

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas

a 2 graus centígrados relativamente a níveis pré-industriais deve constituir uma prioridade. Alcançar essa meta exigirá importantes ajustamentos nas políticas de energia quer de países industrializados, quer em desenvolvimento, apoiados pelo financiamento à transferência de tecnologias limpas.

Mais adaptação — não apenas mitigação

Mesmo através da redução drástica das emissões de carbono, as emissões feitas no passado significam que o mundo tem que viver actualmente com alterações climáticas perigosas. As alterações climáticas não constituem uma ameaça futura, mas uma realidade a que os países e as pessoas têm de se adaptar. Em nenhuma outra área o desafio do desenvolvimento de estratégias de adaptação eficazes se revela mais urgente do que na agricultura de sequeiro, onde os meios de subsistência de milhões das pessoas mais carenciadas do mundo se tornarão mais precários devido à inconstância dos padrões do regime pluvio-métrico e, nalguns casos, à diminuição da disponibilidade de água.

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas. No entanto, as transferências de ajuda têm-se mostrado desastrosamente inadequadas. O Fundo de Adaptação associado ao Protocolo de Quioto mobilizará apenas cerca de 20 milhões de dólares até 2012, com base em previsões correntes, ao passo que o Fundo Global para o Ambiente — o principal mecanismo multilateral para a adaptação — atribuiu 50 milhões de dólares ao apoio de actividades de adaptação entre 2005 e 2007.

Para além da estrutura multilateral, um declínio na ajuda ao desenvolvimento à agricultura limitou o financiamento disponível à adaptação. A ajuda diminuiu rapidamente tanto em termos absolutos como relativos ao longo da última década. Considerando os países em desenvolvimento no seu conjunto, a ajuda à agricultura caiu em termos reais de 4,9 mil milhões de dólares por ano para 3,2 mil milhões, ou de 12% para 3% da ajuda total desde o início dos anos 90. Todas as regiões foram afectadas. A ajuda à agricultura na África Subsariana encontra-se agora justamente abaixo dos mil milhões de dólares, menos de metade do nível de 1990. Reverter estas tendências será fundamental para uma adaptação bem sucedida.

O caminho a seguir

Os países enfrentam desafios bastante diferentes na gestão da água. Mas há alguns temas genéricos que

emergem — em conjunto com alguns requisitos genéricos para a elaboração de estratégias bem sucedidas. Entre os mais importantes, contam-se:

- Desenvolver estratégias de gestão integradas de recursos hídricos que estabeleçam níveis nacionais de utilização de água *dentro* dos limites da sustentabilidade ecológica e que ofereçam uma estrutura de planeamento coerente de todos os recursos hídricos.
- Colocar a equidade e os interesses das pessoas carenciadas no núcleo da gestão integrada de recursos hídricos.
- Fazer da gestão da água uma parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza.
- Reconhecer o real valor da água através de políticas apropriadas de fixação de preços, procedimentos de contabilidade nacional revistos e remoção de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva.
- Ampliar o abastecimento de água de uma forma que seja favorável às pessoas carenciadas através do fornecimento de águas residuais seguras para utilização produtiva, separando resíduos industriais e domésticos, e da colaboração com os agricultores para reduzir os riscos para a saúde.
- Incrementar o investimento nacional e a ajuda internacional para o investimento em infra-estruturas hídricas, incluindo armazenamento e controlo de cheias.
- Recalibrar a resposta ao aquecimento global colocando uma maior ênfase em estratégias de adaptação nas políticas nacionais de gestão da água e nos esforços de ajuda.
- Triplicar a ajuda à agricultura até 2010, com o aumento dos fluxos anuais de 3 mil milhões de dólares para 10 mil milhões. Incluída neste montante global, a ajuda a África terá de passar de cerca de 900 milhões de dólares para aproximadamente 2,1 mil milhões por ano, tal como planeado para as actividades agrícolas no quadro do Programa Alargado de Desenvolvimento Agrícola para a África, da União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África.

Gerir a competição pela água na agricultura

Há cem anos, William Mulholland, superintendente do Departamento de Água de Los Angeles, solucionou o problema de falta de água da cidade através de uma inovação brutalmente eficaz: uma apropriação de recursos hídricos. Através da transferência forçada de água utilizada por agricultores em Owens Valley, a mais de 300 quilómetros de

distância, possibilitou que Los Angeles se tornasse numa das cidades de mais rápido crescimento dos Estados Unidos.

Os tempos mudaram. Actualmente, os californianos resolvem as suas disputas relativas à água nos tribunais. Mas em grande parte do mundo em desenvolvimento a competição pela água está a crescer a um nível alarmante, suscitando conflitos intensos e, por vezes, violentos. O perigo é que o modelo de Mulholland ressurgira sob uma nova indumentária, em que o poder, e não a preocupação pela pobreza e pelo desenvolvimento humano, ditará os resultados.

Os padrões da competição variam de país para país. Mas destacam-se duas grandes tendências. Em primeiro lugar, com o aumento da procura por água por parte dos centros urbanos e da indústria, quem perde é a agricultura — e continuará a perder. Em segundo lugar, no seio da agricultura, a competição pela água está a intensificar-se. Em ambas as frentes existe o perigo de que a agricultura, em geral, e as famílias carenciadas rurais, em particular, venham a sofrer com o ajustamento.

Tal resultado poderia acarretar graves implicações para os esforços globais de redução da pobreza. Apesar da rápida urbanização, a maioria das pessoas extremamente carenciadas do mundo ainda vivem em áreas rurais — e os pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas representam o grosso da subnutrição global. Enquanto maior utilizadora individual de água na maioria dos países, a agricultura de regadio será sujeita a uma enorme pressão. Dado o papel destes sistemas no aumento da produtividade agrícola, na alimentação de uma população crescente e na redução da pobreza, tal representa um desafio de peso para o desenvolvimento humano.

A mediação através de estruturas económicas e políticas

Com o aumento da procura pelos recursos hídricos, é inevitável que se dê uma redistribuição entre utilizadores e sectores. Em qualquer processo de competição por recursos escassos, as reivindicações concorrentes são mediadas através de estruturas económicas e políticas e de sistemas de direitos e habilitações. À medida que a competição pela água se intensifica, o acesso futuro reflectirá cada vez mais a força das reivindicações de diferentes agentes. Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais.

Equilibrar eficiência e equidade

Os processos de ajustamento já estão a ter lugar. As cidades e as indústrias estão a alargar o seu alcance hidrológico a áreas rurais, suscitando disputas e, ocasionalmente, protestos violentos. Conflitos paralelos entre diferentes partes do mesmo país e diferentes utilizadores são cada vez mais patentes.

O desenvolvimento da negociação de direitos da água através de mercados privados é encarado por alguns como uma solução para equilibrar eficiência e a equidade nos ajustamentos à redistribuição de água. Habilitando os produtores agrícolas a vender água, segundo o argumento defendido, os governos podem criar condições para orientar um recurso escasso para saídas mais produtivas, simultaneamente compensando e gerando rendimentos para os agricultores.

Os mercados privados de água oferecem uma solução questionável para um problema generalizado. Mesmo nos Estados Unidos, onde estes se encontram enfraquecidos por regras e instituições altamente desenvolvidas, tem sido frequentemente difícil proteger os interesses das pessoas carenciadas. No Chile, a introdução de mercados privados de água nos anos 70 aumentou a eficiência mas conduziu a elevados níveis de desigualdade e a distorções de mercado causadas por concentrações de poder e informações imprecisas. Para os países em desenvolvimento com uma capacidade institucional mais fraca, existem limites distintos ao mercado.

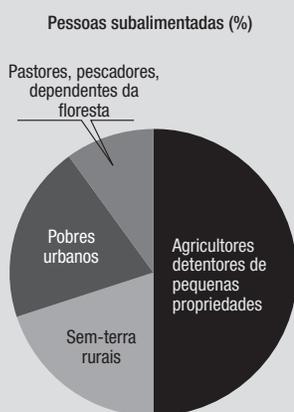
Gerir alocações e licenciamento

Não se restringindo aos mercados de água, muitos governos procuram gerir as pressões do ajustamento através de alocações e licenças quantitativas. Esta abordagem promete melhores resultados. No entanto, mesmo aqui, os desequilíbrios de poder formais e informais frequentemente debilitam a posição das pessoas carenciadas. Em Java Ocidental, na Indonésia, as fábricas têxteis usurparam os direitos da água dos pequenos agricultores. E nas Filipinas os agricultores em sistemas de irrigação perderam para os utilizadores municipais. A ausência ou o incumprimento de regulações é outra ameaça de peso. Na Índia, a extração não regulada de águas subterrâneas do rio Bhavani resultou em menos água e mais pobreza nos sistemas de irrigação.

Os direitos da água são fundamentais para a segurança humana nas áreas agrícolas. A repentina perda ou deterioração de direitos à água pode minar meios de subsistência, aumentar

Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais

Figura 15 Milhões de pessoas passam fome e muitos são pequenos agricultores



Fonte: FAO 2004b.

a vulnerabilidade e intensificar a pobreza em grande escala. Os direitos da água têm muito mais importância para as pessoas carenciadas do que para as abastadas por uma razão óbvia: as pessoas carenciadas não dispõem dos recursos financeiros e da voz política para proteger os seus interesses fora de um sistema baseado em regras. Os direitos da água têm pouca importância se, na implementação, canalizarem as vantagens para os que detêm poder.

Equilibrar direitos formais e consuetudinários

A África Subsariana enfrenta desafios diferentes. Ali, os governos procuram, com o apoio dos doadores, expandir a fronteira da irrigação e estabelecer sistemas formais de direitos como suplemento — ou substituição — de direitos consuetudinários. O que representará isto para o desenvolvimento humano?

Os resultados dependerão das políticas públicas. A expansão da capacidade de irrigação é importante porque tem o potencial de elevar a produtividade e reduzir o risco. A região é esmagadoramente dependente da agricultura de sequeiro. Mas a infra-estrutura de irrigação é um recurso escasso e contestado (figura 15). Testemunhos da região do Sahel, na África Ocidental, demonstram que os pequenos agricultores perdem frequentemente na competição pela irrigação para produtores comerciais de grande escala.

A gestão de direitos consuetudinários envolve outros problemas. Ao contrário do que alguns pensam, os direitos consuetudinários à água incorporam disposições pormenorizadas de gestão e utilização para a manutenção da sustentabilidade ecológica. Mas desfavorecem frequentemente as famílias mais carenciadas e as mulheres. A introdução de regras e leis formais não altera automaticamente a situação. No vale do rio Senegal, os detentores de direitos consuetudinários utilizaram o seu poder para manter a exclusão social da água. Entretanto, na Tanzânia, a introdução de direitos da água formais beneficiou os agricultores comerciais no rio Pangani em detrimento dos pequenos agricultores a jusante.

Prestar mais atenção à equidade

Uma das lições retiradas das experiências de reforma da água é que é necessário dar muito mais importância à equidade. Em contraste com a reforma da terra, por exemplo, as preocupações de distribuição não ocuparam um lugar proeminente na agenda

da gestão integrada de recursos hídricos. Há algumas exceções — como na África do Sul — mas mesmo aqui mostrou-se difícil alcançar resultados redistributivos.

Os sistemas de irrigação encontram-se no cerne do ajustamento. A infra-estrutura de irrigação tem importantes implicações para a pobreza. Estudos conduzidos em vários países sugerem que a prevalência da pobreza é geralmente 20% a 40% mais baixa nas redes de irrigação do que fora delas, mas com grandes variações (figura 16). A irrigação parece ser um motor para a redução da pobreza muito mais poderoso nalguns países do que noutros. A desigualdade da terra é um factor de peso. Países altamente desiguais (Índia, Paquistão e Filipinas) classificam-se pior em eficiência e equidade do que países mais iguais (China e Vietname) (figura 17).

Esta revelação sugere que não existe, de forma intrínseca, qualquer contrapartida mútua entre o aumento da produtividade e a redução da pobreza na irrigação. Existe um considerável raio de acção para gerir as pressões do ajustamento na agricultura através de medidas que aumentem quer a eficiência, quer a equidade num círculo virtuoso mutuamente fortalecedor. A partilha de custos equitativa, os investimentos públicos favoráveis às pessoas carenciadas e a participação de produtores na gestão constituem a chave do sucesso da reforma.

Abordar desigualdades de género fortemente enraizadas

Uma verdadeira legitimação nos sistemas de irrigação exige medidas que abordem desigualdades de género fortemente enraizadas. As mulheres são duplamente desfavorecidas nos sistemas de irrigação. Sem direitos formais à terra em muitos países, elas são excluídas da gestão dos sistemas de irrigação. Simultaneamente, as desigualdades informais — incluindo a divisão doméstica do trabalho, normas relativas às mulheres falarem em público e outros factores — contribuem para que as mulheres não tenham voz na tomada de decisões.

A destruição destas estruturas tem-se mostrado difícil mesmo nos sistemas mais ambiciosos de transferência da autoridade da gestão dos organismos governamentais para os utilizadores. Em Andhra Pradesh, na Índia, os agricultores pobres têm agora uma voz muito mais forte na gestão — mas as agricultoras pobres mantêm-se em silêncio. No entanto, a mudança é possível. No Uganda, a legislação que obriga à representação feminina nas associações de consumidores de água está a fazer a diferença.

Alcançar as pessoas carenciadas

Relativamente ao futuro, um dos maiores desafios é o de garantir que as estratégias para aumentar a produtividade da água se estendam às pessoas carenciadas. A tecnologia não tem uma posição neutra no que respeita aos seus efeitos distributivos — e o perigo é que os esforços para conseguir mais colheitas por gota dos recursos hídricos não alcancem as famílias carenciadas.

Não tem de ser assim. A implementação de programas de recolha de água em pequena escala na Índia em resposta à crise da água subterrânea demonstrou ter o potencial de gerar fortes retornos do investimento e, simultaneamente, de reduzir o risco e a vulnerabilidade. De igual modo, as tecnologias de microirrigação não têm de se destinar apenas aos grandes produtores de capital intensivo. Sistemas novos e inovadores e tecnologias de baixo custo para a irrigação gota a gota foram extensamente adoptados. Aqui, também, os retornos sociais e económicos são consideráveis. Estima-se que a extensão das tecnologias de irrigação de baixo custo a 100 milhões de pequenos agricultores poderia gerar resultados líquidos superiores a 100 mil milhões de dólares, com fortes efeitos multiplicadores na geração de rendimento e de emprego.

A forma como os governos dos países em desenvolvimento abordarem o desafio do equilíbrio entre os objectivos de equidade e de eficiência na gestão da água terá importantes implicações para o desenvolvimento humano. Colocar os interesses das pessoas carenciadas no centro das políticas de gestão integrada dos recursos hídricos é um princípio organizador. Mas este princípio tem de ser apoiado por políticas práticas favoráveis aos pobres.

Entre as mais importantes, contam-se:

- Reforçar os direitos da água e da terra das famílias carenciadas.
- Respeitar direitos consuetudinários e integrá-los nos sistemas formais legais.
- Melhorar a capacidade das pessoas carenciadas reivindicarem e defenderem direitos da água através da legitimação legal e de instituições responsáveis.
- Aumentar os investimentos nacionais na irrigação e reverter os cortes na ajuda ao sector da irrigação, com a duplicação da ajuda ao desenvolvimento para cerca de 4 mil milhões de dólares anuais nos próximos 20 anos.
- Ampliar a equidade no interior de sistemas de irrigação de forma a apoiar objectivos de redução da pobreza e de eficiência através de mecanismos sustentáveis e equitativos de partilha de custos.

Figura 16 A Ásia detém mais de metade do total mundial de terra irrigada

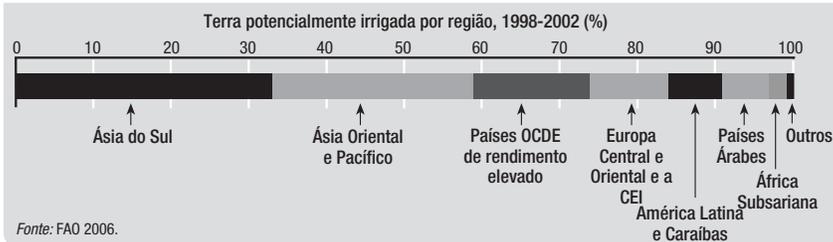
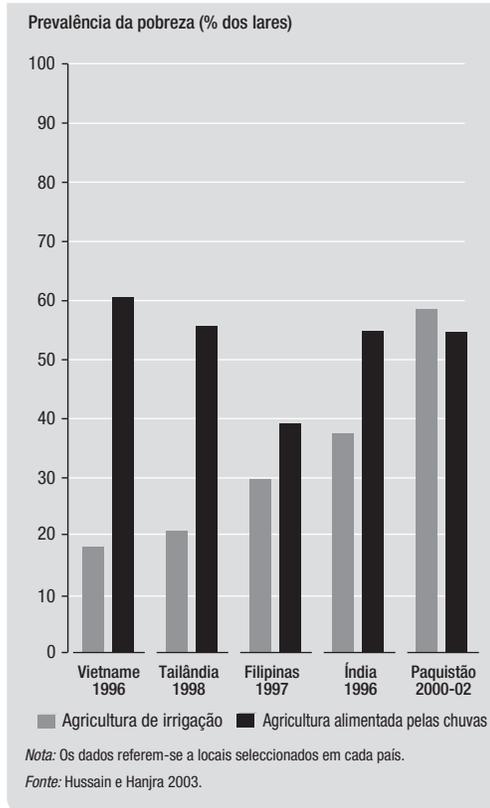


Figura 17 A irrigação está associada a níveis de pobreza inferiores em muitos países em desenvolvimento



- Descentralizar a gestão e o financiamento de sistemas de irrigação legitimando os utilizadores.
- Integrar o desenvolvimento da irrigação em programas de desenvolvimento rural de âmbito mais vasto de forma a que a agricultura seja mais rentável para os pequenos agricultores.
- Colocar a igualdade de género no direito à água no centro do desenvolvimento nacional e implementar políticas que dêem mais voz às mulheres nas decisões de gestão da água.
- Desenvolver políticas integradas de águas subterrâneas e de recolha de água que se estendam da infra-estrutura de pequena escala até à de grande escala.
- Promover o desenvolvimento, distribuição e adopção de tecnologias favoráveis aos pobres.

A gestão das águas transfronteiriças é um assunto da esfera do desenvolvimento humano: a cooperação pode reduzir o potencial de conflito e gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros

Gerir a água transfronteiriça para o desenvolvimento humano

A água é uma fonte de interdependência humana. Em qualquer país, a água é um recurso partilhado que serve múltiplas partes interessadas, do ambiente à agricultura, à indústria e aos lares. Mas a água é também o derradeiro recurso fugidivo. Cruza fronteiras nacionais, ligando utilizadores de diferentes países num sistema de interdependência hidrológica.

À medida que a competição pela água se intensifica no interior de países, as pressões resultantes serão disseminadas pelas fronteiras nacionais. Alguns comentadores receiam que a competição transfronteiriça venha a tornar-se numa fonte de conflito e de futuras guerras da água. Este receio é exagerado: a cooperação continua a ser o facto mais abrangente da vida do que o conflito. Porém, o potencial de tensões transfronteiriças e o conflito não podem ser ignorados. Se a maioria dos países detém mecanismos institucionais para a alocação de água e resolução de conflitos no interior do seu território, os mecanismos institucionais transfronteiriços são muito mais fracos. A interacção entre pressão sobre os recursos hídricos e instituições sem poder acarreta riscos reais de conflito.

Interdependência hidrológica

A interdependência hidrológica não é um conceito abstracto. Duas em cada cinco pessoas no mundo vivem em bacias hidrográficas internacionais partilhadas por mais que um país (quadro 1). Os rios internacionais constituem uma corrente que liga os países: 9 países partilham o Amazonas e 11 o Nilo, por exemplo. Os rios ligam também os meios de subsistência das pessoas. O Mekong, um dos maio-

res sistemas fluviais do mundo, gera energia nos seus trechos superiores na China e sustenta a produção de arroz e os sistemas pesqueiros que apoiam a subsistência de mais de 60 milhões de pessoas nos trechos inferiores da sua bacia.

Com a interdependência hidrológica surge uma interdependência mais profunda. Enquanto recurso produtivo, a água é única na medida em que nunca pode ser gerida com vista a um único uso: ela flui entre sectores e utilizadores. Isto acontece no interior dos países e entre os mesmos. A forma com um país a montante utiliza um rio afecta inevitavelmente a quantidade, a regularidade e a qualidade de água disponível aos utilizadores a jusante. A mesma interdependência se aplica a aquíferos e lagos.

Por que razão a governação da água transfronteiriça é uma questão de desenvolvimento humano? Porque o fracasso nesta área pode produzir resultados que geram desigualdade, insustentabilidade ambiental e perdas sociais e económicas de âmbito mais vasto.

Os exemplos abundam. O Mar Aral, descrito por alguns como o pior desastre ecológico do mundo causado pelo Homem, é um caso extremo em evidência (mapa 1). Menos conhecidos são os prejuízos causados em sistemas de partilha de rios e de lagos pela utilização abusiva: a contracção do lago Chade na África Subsariana é um exemplo.

A gestão não equitativa da água pode aumentar as desigualdades e a insegurança da água. As pessoas que vivem nos Territórios Ocupados da Palestina, por exemplo, confrontam-se com uma acentuada escassez de água. O acesso limitado à água superficial é uma das razões. Mais importante é a partilha desigual entre Israel e a Palestina dos aquíferos situados abaixo da Margem Ocidental. A utilização média de água per capita pelos colonos israelitas da Margem Ocidental é cerca de seis vezes superior à

Quadro 1 Trinta e nove países recebem a maioria da sua água de fora das suas fronteiras

Região	Países que recebem entre 50% e 75% da sua água de fontes externas	Países que recebem mais de 75% da sua água de fontes externas
Países Árabes	Iraque, Somália, Sudão, República Árabe Síria	Barém, Egipto, Koweit
Ásia Oriental e Pacífico	Camboja, Vietname	
América Latina e Caraíbas	Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai	
Ásia do Sul		Bangladeche, Paquistão
África Subsariana	Benim, Chade, Congo, Eritreia, Gâmbia, Moçambique, Namíbia	Botsuana, Maurítânia, Níger
Europa Central e Oriental e a CEI	Azerbaijão, Croácia, Eslováquia, Letónia, Ucrânia, Usbequistão	Hungria, Moldávia, Roménia, Sérvia e Montenegro ^a , Turquemenistão
Países OCDE de rendimento elevado	Luxemburgo	Países Baixos
Outros	Israel	

a. Embora a Sérvia e o Montenegro se tenham tornado dois Estados independentes em Junho de 2006, à data de impressão deste Relatório ainda não estavam disponíveis os dados individuais relativos aos recursos hídricos externos destes países.

Fonte: FAO 2006.

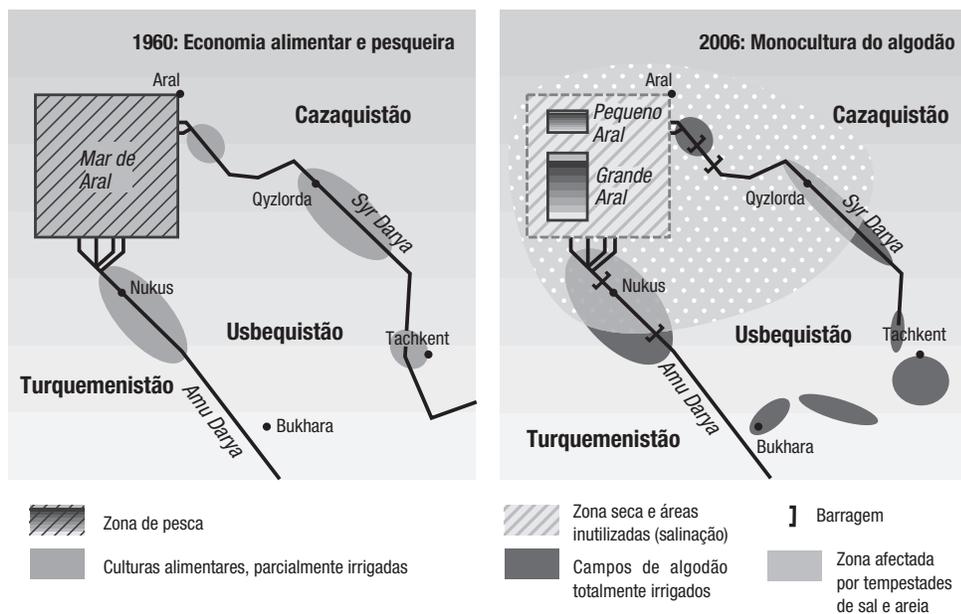
dos palestinianos que partilham muitas das mesmas fontes de água.

Benefícios da cooperação para o desenvolvimento humano

A cooperação bem sucedida na gestão de águas partilhadas pode gerar benefícios para o desenvolvimento humano a diversos níveis. Para além de reduzir o potencial de conflito, a cooperação pode gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros e abrindo caminho para uma cooperação mais alargada.

A experiência coloca em evidência quer os potenciais benefícios da cooperação, quer os custos da não cooperação. Os países da União Europeia melhoraram drasticamente a qualidade das águas fluviais através da cooperação, gerando ganhos para a indústria, para a saúde humana e para os utilizadores domésticos. No Sul de África, um programa conjunto de infra-estrutura está a produzir rendimentos para o Lesoto e água melhorada para a África do Sul. O Brasil e o Paraguai conseguiram benefícios decorrentes da gestão partilhada de rios através da geração de energia. Em contrapartida, os países da Ásia Central, estão a pagar um elevado preço pela não cooperação, com fortes perdas para a irrigação e para a energia hidroeléctrica.

Mapa 1 A contracção do Mar de Aral: os custos ambientais das plantações de algodão



Meio século de declínio

1957
a partir de um mapa



1982
a partir de imagens de satélite



1993
a partir de um mapa



Em 1989-90 o Mar de Aral dividiu-se em duas partes: o Grande Aral e o Pequeno Aral

Julho de 2006
a partir de imagens de satélite



Entre Novembro de 2000 e Junho de 2001, a Ilha de Vozrojdeniya juntou-se ao continente a Sul

Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Scientific Information Center of Interstate Coordination Water Commission; International Fund for Saving the Aral Sea; Banco Mundial; National Aeronautics and Space Administration; United States Department of the Interior 2001; Agência Espacial Europeia; Rekaewicz 1993.

A água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno

Contrariamente às reivindicações dos pessimistas da guerra da água, os conflitos relacionados com a água têm sido a excepção e não a regra. Observando os últimos 50 anos, verificaram-se cerca de 37 casos de violência declarada entre Estados devido à água — e a maioria dos episódios envolveram disputas menores. Entretanto, foram negociados mais de 200 tratados da água. Alguns destes tratados — como o Tratado da Bacia do Indo, entre a Índia e o Paquistão — mantiveram-se em vigor mesmo durante conflitos armados.

Apesar da ausência de conflito armado, a cooperação tem sido frequentemente limitada. Maioritariamente, tem-se concentrado na gestão técnica dos fluxos de água e nas alocações volumétricas. Algumas iniciativas de bacias hidrográficas — nomeadamente a Iniciativa da Bacia do Nilo — começam a alterar este cenário. O progresso tem sido travado, contudo, por mandatos limitados, fraca capacidade institucional e subfinanciamento. Estas são áreas em que a cooperação internacional e as parcerias podem fazer a diferença.

* * *

A água perpassa todos os aspectos da vida humana. Ao longo da história, a gestão da água tem confrontado as pessoas e os governos com desafios técnicos

e políticos de longo alcance. A história da gestão da água é simultaneamente uma história de ingenuidade e de fragilidade humanas. Dos aquedutos da Roma antiga às grandes obras públicas da Europa e dos Estados Unidos do século XIX, o fornecimento de água potável para a vida foi possibilitado por tecnologias inovadoras. Simultaneamente, a água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno — e em muitos países em desenvolvimento assim continua a acontecer.

A gestão da água para subsistência tem um passado ainda maior. Desde a aurora da civilização no Vale do Indo e na Mesopotâmia, a gestão de água como um recurso produtivo foi marcada por engenhosos sistemas de infra-estrutura que procuraram tirar partido do potencial produtivo da água, não deixando de limitar o seu potencial de destruição. A vulnerabilidade humana à luz do fracasso destes esforços, ou como resultado de mudanças no ciclo hidrológico, reflecte-se na extinção de civilizações, no colapso de sistemas agrícolas e na destruição ambiental. Confrontado com a ameaça das alterações climáticas e com as crescentes pressões sobre os recursos mundiais de água doce, o desafio da governação da água no século XXI pode vir a revelar-se um dos mais intimidativos com que a história humana já se deparou.

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem as metas temporais estabelecidas pelo mundo para acabar com a pobreza extrema e generalizar a liberdade humana. Representando algo mais do que um conjunto de pontos de referência quantitativos a atingir até 2015, condensam uma visão mais ampla das prioridades do desenvolvimento partilhado. Esta visão enraiza-se na ideia básica de que a pobreza extrema e as grandes disparidades de oportunidade não são aspectos inevitáveis da condição humana, mas um flagelo remediável cuja persistência nos diminui a todos e ameaça a nossa segurança e prosperidade colectivas.

As metas multifacetadas estabelecidas no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio contemplam um vasto leque de dimensões interligadas do desenvolvimento, desde a redução da pobreza extrema até à igualdade de género, passando pela saúde, pela educação e pelo ambiente. As dimensões ligam-se entre si através de uma complexa teia de interações. O pro-

gresso sustentado em qualquer uma das áreas depende decisivamente de avanços em todas as outras áreas. A ausência de progresso em qualquer uma das áreas pode bloquear os avanços num vasto campo de acção. A água e o saneamento constituem um reflexo paradigmático destas interligações. Sem um progresso acelerado nestas áreas, muitos países não atingirão os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para além de condenar milhões das pessoas mais pobres do mundo a vidas de pobreza evitáveis, com más condições de saúde e oportunidades limitadas, tal resultado perpetuaria profundas desigualdades entre os países e no interior dos mesmos. Apesar do desenvolvimento humano não se resumir aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as metas estabelecidas oferecem uma estrutura de referência útil para a compreensão das interligações entre o progresso em diferentes áreas — e da importância crucial do progresso na água e no saneamento.

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Por que razão os governos devem agir

De que forma os governos devem agir

Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome

- A ausência de água potável e de saneamento adequado é uma das principais causas de pobreza e de subnutrição:
 - Uma em cada cinco pessoas do mundo em desenvolvimento — 1,1 mil milhões no total — não tem acesso a uma fonte de água melhorada.
 - Uma em cada duas pessoas — 2,6 mil milhões no total — não tem acesso a um saneamento adequado.
 - As doenças e as perdas de produtividade ligadas à água e ao saneamento nos países em desenvolvimento ascendem a 2% do PIB, elevando-se a 5% na África Subsariana — mais do que a região recebe em ajuda.
 - Em muitos dos países mais pobres, apenas 25% das famílias mais carenciadas têm acesso a água canalizada em casa, em comparação com 85% das mais abastadas.
 - As famílias mais carenciadas chegam a pagar dez vezes mais pela água do que as famílias mais abastadas.
- A água é um recurso produtivo vital para os pequenos agricultores, que representam mais de metade da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia.
- A crescente pressão pela transferência de água da agricultura para a indústria ameaça aumentar a pobreza rural.

- Inserir a água e o saneamento nas estratégias nacionais e internacionais para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige políticas orientadas para:
 - Converter o acesso à água num direito humano e promulgar legislação para a implementação progressiva daquele direito, assegurando que todas as pessoas tenham acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia.
 - Aumentar o investimento público no alargamento da rede de água nas áreas urbanas e na expansão do abastecimento em áreas rurais.
 - Introduzir «tarifas subsidiadas», subsídios cruzados e investimentos em fontes públicas para garantir que ninguém seja impedido de ter acesso à água devido à pobreza, com uma despesa máxima em água de 3% do rendimento familiar.
 - Regular os serviços de abastecimento de água para melhorar a eficiência, aumentar a equidade e assegurar a responsabilização perante as pessoas carenciadas.
- Introduzir políticas públicas que aliem a sustentabilidade à equidade de no desenvolvimento de recursos hídricos para a agricultura.
- Apoiar o desenvolvimento e a adopção de tecnologias de irrigação favoráveis aos pobres.

Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal

- A recolha e o transporte de água a longa distância impedem que milhões de raparigas frequentem a escola, condenando-as a um futuro de analfabetismo e de escolhas restritas.
- As doenças provocadas pela água, como a diarreia e as infecções parasitárias, custam 443 milhões de dias lectivos por ano — o equivalente a um ano lectivo inteiro para todas as crianças de sete anos na Etiópia — e diminuem o potencial de aprendizagem.
- Em muitos países, o abastecimento inadequado de água e saneamento nas escolas constitui uma ameaça para a saúde das crianças.
- A ausência de água e saneamento adequados nas escolas é uma das principais razões para o abandono escolar por parte das raparigas.
- As infecções parasitárias transmitidas pela água e pelo mau saneamento atrasam o potencial de aprendizagem de mais de 150 milhões de crianças.

- Associar as metas e estratégias para alcançar o ensino primário universal às estratégias para assegurar que cada escola disponha de um abastecimento adequado de água e saneamento, com instalações separadas para as raparigas.
- Fazer do saneamento e da higiene partes integrantes do programa curricular, dotando as crianças do conhecimento de que necessitam para reduzir os riscos para a saúde e permitindo-lhes tornarem-se agentes de mudança nas suas comunidades.
- Estabelecer programas de saúde pública nas escolas e nas comunidades que evitem e tratem doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água.

(continua na pág. seguinte)

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (continuação)

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
<p>Objectivo 3 Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A privação de água e saneamento perpetua a desigualdade de género e retira poder às mulheres. • São as mulheres que suportam o fardo da responsabilidade pela recolha da água, demorando frequentemente até 4 horas por dia a andar, a esperar em filas e a transportar água. Esta é uma das principais fontes de privação de tempo • O tempo que as mulheres dispõem para tratar de crianças infectadas por doenças transmitidas pela água diminui a sua oportunidade de se envolverem num trabalho produtivo. • O saneamento inadequado é experimentado por milhões de mulheres como uma falta de dignidade e fonte de insegurança. • As mulheres respondem pelo grosso da produção alimentar em muitos países, mas detêm direitos restritos à água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar a igualdade de género na água e no saneamento no centro das estratégias nacionais de redução da pobreza. • Promulgar legislação que exija representação feminina nos comités da água e noutros organismos. • Apoiar campanhas de saneamento que confirmem às mulheres uma maior participação nas decisões de investimento público e nas despesas familiares. • Reformar os direitos de propriedade e as regras que governam as associações de irrigação e outras associações de consumidores de água para garantir que as mulheres usufruam de direitos iguais.
<p>Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A água contaminada e as más condições de saneamento constituem a principal causa dos 1,8 milhões de mortes anuais de crianças por diarreia — quase 5.000 por dia — o que converte este factor na segunda principal causa de mortalidade infantil. • O acesso a água potável e saneamento pode reduzir o risco de morte de uma criança em 50%. • A diarreia causada por água insalubre constitui uma das principais causas de morte no mundo, ceifando cinco vezes mais vidas de crianças do que o VIH/SIDA. • O acesso a água potável e saneamento constitui uma das medidas mais poderosas de prevenção da mortalidade infantil: alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento, mesmo ao nível mais básico de abastecimento, pouparia mais de 1 milhão de vidas na próxima década; o abastecimento universal elevaria o número de vidas poupadas a 2 milhões. • As doenças transmitidas pela água intensificam disparidades profundas e socialmente injustas, enfrentando as crianças de famílias carenciadas um risco de morte cerca de três a quatro vezes superior ao das crianças de famílias abastadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar a morte de crianças devido à água e ao saneamento como uma emergência nacional — e como uma violação de direitos humanos básicos. • Utilizar a ajuda internacional para reforçar a prestação de cuidados básicos de saúde na prevenção e no tratamento da diarreia. • Estabelecer ligações explícitas entre metas para a redução da mortalidade infantil e metas para a expansão do acesso à água e ao saneamento. • Dar prioridade às necessidades das famílias mais carenciadas no investimento público e nas estratégias de prestação de serviços de água e saneamento. • Assegurar que os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza reconheçam a ligação entre água e saneamento e mortalidade infantil. • Publicar estimativas anuais de mortes de crianças causadas por problemas de água e saneamento.
<p>Objectivo 5 Melhorar a saúde materna</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A prestação de água e saneamento reduz a incidência de doenças e enfermidades — como anemia, deficiência de vitaminas e tracoma — que debilitam a saúde materna e que contribuem para a mortalidade materna. 	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar a prestação de água e saneamento como uma componente chave nas estratégias de igualdade de género. • Legitimar as mulheres para que estas participem das decisões sobre água e saneamento aos níveis familiar, local e nacional.
<p>Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O acesso inadequado à água e ao saneamento restringe as oportunidades de higiene e expõe as pessoas portadoras do VIH/SIDA a riscos de infecção acrescidos. • As mães infectadas pelo VIH necessitam de água potável para preparar leite artificial. • Alcançar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento reduziria os custos de tratamento de doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água em 1,7 mil milhões de dólares nos sistemas de saúde, aumentando os recursos disponíveis para o tratamento do VIH/SIDA. • As más condições de saneamento e de drenagem fomentam a infecção por malária, que ceifa cerca de 1,3 milhões de vidas por ano, 90% das quais de crianças com menos de cinco anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a água e o saneamento nas estratégias nacionais e globais para combater a malária e melhorar as condições de vida das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA. • Assegurar que as famílias que cuidam de pessoas infectadas pelo VIH/SIDA tenham acesso a pelo menos 50 litros de água gratuita. • Investir em instalações de drenagem e de saneamento, que reduzem a presença de moscas e mosquitos.

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
<p>Objectivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental</p> <p><i>Reduzir a metade a percentagem de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Com base nas tendências actuais, o objectivo de reduzir a metade a percentagem da população sem acesso a água e saneamento não será atingido por 235 milhões de pessoas na água e por 431 milhões no saneamento. A África Subsariana necessitará de aumentar as novas ligações ao saneamento, de 7 milhões por ano na década passada para 28 milhões por ano até 2015. Um progresso lento na água e no saneamento atrasará avanços noutras áreas. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar medidas práticas que transformem os compromissos do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em acções concretas. Proporcionar liderança política nacional e internacional para superar os défices de água e saneamento. Complementar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com a meta de reduzir a metade as disparidades na cobertura de água e saneamento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Autonomizar organismos reguladores independentes que forcem os prestadores de serviços a responsabilizarem-se pela oferta de serviços eficientes e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
<p>Inverter a tendência de perda de recursos ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> A exploração insustentável de recursos hídricos representa uma ameaça crescente para o desenvolvimento humano, produzindo uma dívida ecológica insustentável que será transferida às gerações futuras. O número de pessoas que vive em países que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos passará de cerca de 700 milhões, actualmente, para mais de 3 mil milhões até 2025. Mais de 1,4 mil milhões de pessoas vivem actualmente em bacias hidrográficas onde a utilização de água excede os níveis mínimos de reposição, conduzindo à dissecação dos rios e ao esgotamento das águas subterrâneas. A conjugação da insegurança da água e das alterações climáticas ameaça aumentar o número de pessoas subnutridas em 75 a 125 milhões até 2080, com uma queda superior a 25% na produção de produtos alimentares básicos em muitos países da África Subsariana. O esgotamento das águas subterrâneas representa uma grave ameaça para os sistemas agrícolas, para a segurança alimentar e para os meios de subsistência na Ásia e no Médio Oriente. 	<ul style="list-style-type: none"> Tratar a água como um recurso natural precioso e não como um produto básico que pode ser gasto ilimitadamente e explorado sem qualquer preocupação pela sustentabilidade ambiental. Reformar os sistemas nacionais de contabilidade de forma a que reflectam as perdas económicas reais associadas ao esgotamento dos recursos hídricos. Lançar políticas integradas de gestão de recursos hídricos que restrinjam a utilização de água aos limites da sustentabilidade ambiental, levando em consideração as necessidades ambientais. Institucionalizar políticas que criem incentivos para poupar água e eliminem subsídios perversos que encorajam padrões insustentáveis de utilização de água. Intensificar as disposições do Protocolo de Quioto relativas ao limite das emissões de carbono em linha com os objectivos de estabilização de 450 partes por milhão, fomentando mecanismos de transferência de tecnologias limpas e congregando todos os países numa estrutura multilateral reforçada para a redução das emissões em 2012. Desenvolver estratégias nacionais de adaptação para lidar com o impacto das alterações climáticas — e aumentar a ajuda para a adaptação às alterações climáticas.
<p>Objectivo 8 Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> Não existe nenhuma parceria global eficaz na água e no saneamento e, por outro lado, sucessivas conferências de alto nível não conseguiram criar o impulso necessário para colocar a água e o saneamento na agenda internacional. Muitos governos nacionais fracassam no esforço de implementar as políticas e o financiamento necessários para acelerar o progresso. A água e o saneamento são mal integrados nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza. Muitos países com elevadas taxas de mortalidade infantil causada por diarreia despendem menos de 0,5% do PIB em água e saneamento, uma fracção do valor que afectam aos orçamentos militares. Os países ricos fracassaram no esforço de conferir prioridade à água e ao saneamento nas parcerias internacionais de ajuda e a despesa na ajuda ao desenvolvimento para o sector tem vindo a cair em termos reais, representando actualmente apenas 4% dos fluxos totais de ajuda. A ajuda internacional à agricultura diminuiu em um terço desde o início dos anos 90, de 12% para 3,5% da ajuda total. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar um plano de acção global para galvanizar a acção política, colocando a água e o saneamento na agenda do Grupo dos Oito, mobilizando recursos e apoiando processos de planeamento de propriedade nacional. Desenvolver planos de propriedade nacional que associem a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento a fluxos claros de financiamento a médio prazo e a políticas práticas de combate à desigualdade. Autonomizar os governos e as comunidades locais através da descentralização, do desenvolvimento de capacidade e de um financiamento adequado, destinando pelo menos 1% do PIB à água e ao saneamento, por via da despesa pública. Aumentar a ajuda à água em 3,6 a 4 mil milhões de dólares anuais até 2010, com a atribuição suplementar de 2 mil milhões de dólares à África Subsariana. Aumentar a ajuda à agricultura de 3 para 10 mil milhões de dólares anuais até 2010, com um enfoque reforçado na segurança da água.

O estado do desenvolvimento humano

«O objectivo básico do desenvolvimento», escreveu Mahbub ul Haq no primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* em 1990, «é criar um ambiente favorável em que as pessoas possam gozar vidas longas, saudáveis e criativas.» Dezas-seis anos depois, essa visão continua a ter uma forte repercussão.

As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Por vezes, esquecemos essa verdade simples. Impressionados pelas subidas e descidas dos rendimentos nacionais (medidas pelo PIB), temos tendência para pôr no mesmo prato o bem-estar humano e a riqueza material. Não se deve subvalorizar a importância da estabilidade e do crescimento do PIB: são ambos essenciais para o progresso humano sustentado, como se torna óbvio nos vários países que sofrem com a sua ausência. Mas o último parâmetro para medir o progresso é a qualidade de vida das pessoas. Como Aristóteles afirmou, «A riqueza, obviamente, não é o bem que procuramos; apenas é útil e para bem de qualquer outra coisa.» Essa «outra coisa» é a oportunidade das pessoas realizarem o seu potencial como seres humanos. A verdadeira oportunidade prende-se com ter verdadeiras escolhas — as escolhas que surgem com rendimento suficiente, estudos, boa saúde e com o facto de viver num país que não é governado pela tirania. Como escreveu Amartya Sen: «O desenvolvimento pode ser visto ... como um processo de alargar as verdadeiras liberdades que as pessoas gozam.»

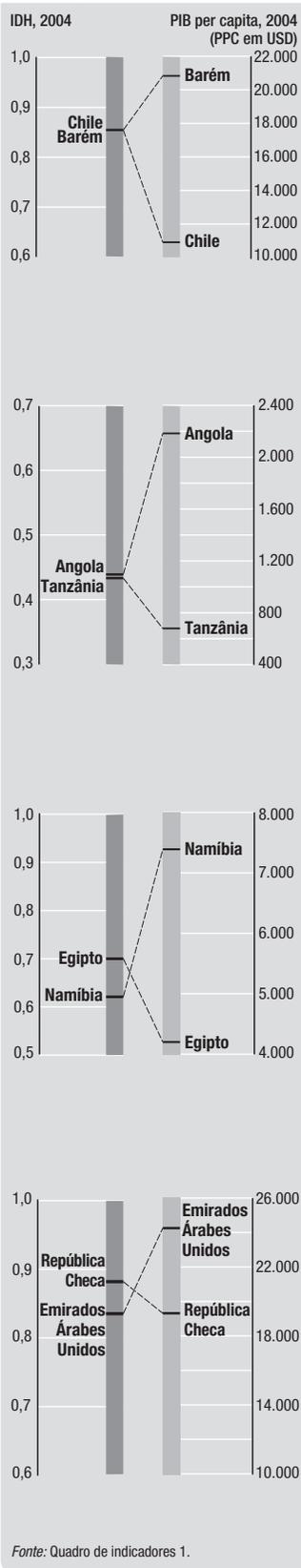
Nas últimas décadas houve aumentos sem precedentes na riqueza material e na prosperidade em todo o mundo. Ao mesmo tempo, estes aumentos têm sido muito irregulares, com imensas pessoas a não participarem do progresso. Além disso, o PIB ainda é medido de uma forma que não toma em consideração a degradação ambiental e o esgotamento de recursos naturais. Por último, o bem-estar humano e a legitimação exigem liberdade para se fazerem escolhas reais, uma liberdade que um grande número de pessoas ainda não tem.

Índice de desenvolvimento humano

Todos os anos, desde 1990, este relatório tem publicado um índice de desenvolvimento humano (IDH) que olha para além do PIB para uma definição mais ampla de bem-estar. O IDH apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida), ter estudos (medido pela alfabetização de adultos e pelas matrículas nos níveis primário, secundário e superior) e ter um padrão de vida decente (medido pelo rendimento de paridade do poder de compra, PPC). O índice não é, de forma alguma, uma medida abrangente do desenvolvimento humano. Por exemplo, não inclui indicadores importantes como o respeito pelos direitos humanos, a democracia e a desigualdade. O que fornece é um prisma mais amplo para encarar o progresso humano e a relação complexa entre rendimento e bem-estar.

O IDH deste ano, que se refere a 2004, realça as profundas lacunas existentes em termos do bem-estar e das oportunidades de vida que continuam a dividir este mundo que está cada vez mais interligado. Foi o Presidente John F. Kennedy que cunhou a expressão «uma maré cheia levanta todos os barcos.» Mas quando se trata de desenvolvimento humano, a maré cheia da prosperidade global levantou alguns barcos — mas alguns estão a afundar-se rapidamente. Os entusiastas que enfatizam os aspectos positivos da globalização deixam-se levar muitas vezes por esse mesmo entusiasmo. Usam cada vez mais a linguagem da aldeia global para descrever a nova ordem. Mas quando visto através da lente do desenvolvimento humano, a aldeia global parece estar profundamente dividida entre as ruas dos ricos e as dos pobres. A pessoa média na Noruega (no topo da liga do IDH) e a pessoa média em países como a Nigéria (na base) vivem, sem dúvida, em distritos diferentes de desenvolvimento humano da aldeia global. As pessoas na Noruega são 40 vezes mais ricas do que as pessoas na Nigéria. Vivem quase duas vezes

Figura 1 Do rendimento ao IDH — uns têm melhores resultados que outros



mais e gozam de uma taxa de matrícula quase universal nos ensinos primário, secundário e superior, em comparação com uma taxa de matrícula de 21% na Nigéria. Para os 31 países na categoria de desenvolvimento humano baixo — a esperança de vida à nascença é de 46 anos, ou seja, menos 32 anos do que nos países de desenvolvimento humano elevado.

O IDH sublinha outro tema central que aparece no *Relatório do Desenvolvimento Humano* desde o seu início. Em média, os indicadores de desenvolvimento humano tendem a subir e a descer com o rendimento. Essa descoberta não tem nada de surpreendente. Os rendimentos médios muito baixos e os níveis elevados de privação de rendimento contribuem para a falta de liberdades substantivas no mundo, tirando às pessoas a capacidade de conseguir uma nutrição adequada, de tratar as doenças ou de obter estudos. O IDH reflecte a associação positiva entre rendimento, por um lado, e saúde e educação, por outro: as pessoas nos países mais ricos tendem a ser mais saudáveis e a ter mais oportunidades educativas. Também chama a nossa atenção para o facto de alguns países serem muito melhores do que outros a converter a riqueza material em oportunidades de saúde e educação.

Alguns países têm um nível de IDH muito inferior ao seu nível de rendimentos, enquanto outros invertem esta relação. Por exemplo, o Vietname continua a ser muito pobre, mas tem um nível de IDH muito superior a inúmeros outros países com rendimentos per capita superiores. O Barém, pelo contrário, tem um rendimento médio quase duas vezes superior ao do Chile mas, não obstante o progresso recente, tem um nível de IDH inferior porque o seu desempenho é pior em termos da educação e da alfabetização. Na África Subariana, a Tanzânia tem um rendimento médio de um terço do de Angola, mas um nível de IDH mais elevado — um resultado que reflecte os elevados custos humanos do conflito em Angola (figura 1).

Os governos olham frequentemente para o IDH como um instrumento de avaliação do seu desempenho, por comparação com o dos países vizinhos. A competição pelo desenvolvimento humano é uma rivalidade saudável — mais saudável, poder-se-ia afirmar, do que a competição relacionada com o PIB. No entanto, tem havido uma certa tendência para os governos negligenciarem questões mais prementes, incluindo as razões subjacentes às grandes discrepâncias entre a posição nacional nas tabelas de rendimento global e no IDH. Em determinados casos, como na África Austral, estas discrepâncias prendem-se com problemas específicos (tais como o VIH/SIDA). Em muitos outros, podem ter a ver com fracassos da política doméstica de promover oportunidades

de saúde e educação. Outras discrepâncias podem dever-se às características do índice e aos dados que se usam no seu cálculo.

O IDH é uma medida menos eficaz do desempenho transversal dos diversos países no topo da tabela da liga. Uma taxa de matrículas no ensino e uma alfabetização quase universais, aliadas a limites superiores de esperança de vida (consultar *Nota técnica 1* do relatório integral), tornam o índice uma medida imperfeita de desempenho transversal aos diversos países. Mas mesmo a esse nível, realça algumas discrepâncias entre o rendimento e o nível global do IDH. Por exemplo, os Estados Unidos, cujos cidadãos são, em média, os segundos mais ricos do mundo depois do Luxemburgo, estão seis lugares abaixo no seu nível de IDH do que no seu nível de rendimento. Uma razão para isso é que a esperança média de vida é de menos três anos do que na Suécia — um país com um rendimento médio um terço inferior. Dentro do grupo de desenvolvimento humano elevado, o Chile e Cuba gozam de níveis de IDH muito superiores aos seus níveis de rendimento.

Como acontece com qualquer índice que agrupe dados transversais em diversas áreas de desempenho, o IDH está sujeito a ajustes constantes, à luz das mudanças nos sistemas de relatórios estatísticos. Em certos casos, essas mudanças podem afectar a classificação de um país, num sentido positivo ou negativo, independentemente do seu desempenho subjacente. O IDH deste ano demonstra o problema. Vários países viram os seus níveis de IDH cair, não devido a uma mudança subjacente ao desempenho, mas devido a uma mudança nos sistemas de relatórios para a educação. No entanto, cerca de 32 países incluíam no passado a educação de adultos quando forneciam os dados das matrículas escolares para os relatórios. Este ano esses países mudaram o sistema de fornecimento de dados para os relatórios de forma a corrigir essa anomalia. Os novos conjuntos de dados estão agora mais uniformes e mais correctos. Mas a mudança teve um efeito adverso nos níveis de IDH de vários países, incluindo a Argentina, a Bélgica, o Brasil, o Paraguai, o Peru e o Reino Unido. Para o Brasil, o declínio no nível do IDH — de 63 para 69 — deve-se quase por completo às mudanças nos relatórios estatísticos e não à deterioração real no desempenho educativo.

Tendências em termos de desenvolvimento humano — o IDH e outras

As tendências em termos de desenvolvimento humano contam uma história importante. Desde

meados da década de 70 que quase todas as regiões têm estado a aumentar progressivamente a sua pontuação no IDH. A Ásia Oriental e a Ásia do Sul aceleraram o progresso desde 1990. A Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes (CEI), após um declínio catastrófico na primeira metade da década de 90, também recuperaram bastante e reconquistaram o nível que tinham antes deste recuo. A principal exceção é a África Subsariana. Desde 1990 que estagnou, em parte devido a recuos económicos mas sobretudo devido ao efeito catastrófico do VIH/SIDA sobre a esperança de vida. Há dezoito países que actualmente têm um nível de IDH mais baixo do que em 1990 — a maioria deles na África Subsariana. Hoje, 28 dos 31 países com desenvolvimento humano baixo situam-se na África Subsariana. Isto vem sublinhar a extrema importância de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio através de esforços nacionais e parcerias globais para ultrapassar a herança de grandes desvantagens que as pessoas enfrentam hoje em África.

O progresso em termos de desenvolvimento humano é por vezes encarado como um sinal da convergência entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Em termos gerais, esta ideia está correcta: tem havido uma melhoria constante nos indicadores de desenvolvimento humano para o mundo em desenvolvimento ao longo de várias décadas. Mas a convergência está a ocorrer a ritmos muito diferentes em regiões diferentes — e de pontos de partida diferentes. As desigualdades em termos do desenvolvimento humano continuam grandes e, para um grande grupo de países, a divergência está na ordem do dia. Isto pode ser ilustrado fazendo referência a alguns dos indicadores centrais que estão na base do IDH.

Esperança de vida

Ao longo das últimas três décadas, os países em desenvolvimento, considerados como um grupo, têm estado a convergir para os países desenvolvidos em termos da esperança de vida. A sua esperança média de vida à nascença aumentou nove anos, em comparação com os sete anos que aumentou nos países de rendimento alto. A excepção é novamente a África Subsariana. Para a região como um todo, a esperança de vida hoje é inferior à de há três décadas atrás — e mesmo esta história de primeira página subvaloriza o problema. Vários países na África Austral sofreram recuos catastróficos: 20 anos no Botsuana, 16 na Suazilândia e 13 no Lesoto e na Zâmbia. Estes recuos demográficos são maiores do que o da França após a Primeira Guerra Mundial (con-

sultar o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*). Também houve um recuo no padrão de género da esperança de vida. Por toda a África Subsariana, as mulheres são as responsáveis por uma parcela crescente de infecções por VIH/SIDA — uma tendência que está a diminuir de forma dramática a esperança de vida das mulheres em relação à dos homens. A prevenção e o tratamento do VIH/SIDA continuam a estar entre as mais importantes condições para a continuação das tendências positivas em termos de desenvolvimento humano numa grande parte da região (caixa 1).

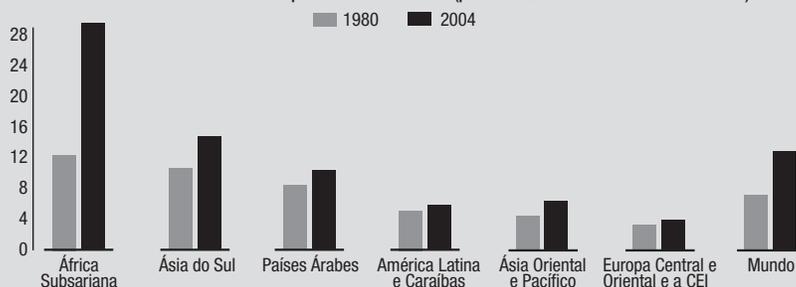
Mortalidade infantil

As taxas de sobrevivência para as crianças estão entre os determinantes mais importantes da esperança de vida. Também aqui existem algumas tendências encorajadoras. As taxas de mortalidade infantil estão a cair: houve menos 2,1 milhões de mortes em 2004 do que em 1990. As perspectivas de sobrevivência estão a melhorar em todas as regiões (figura 2). No entanto, os 10,8 milhões de mortes infantis em 2004 testemunham a desigualdade existente em relação à mais elementar de todas as oportunidades de vida — a oportunidade de permanecer vivo. Nascer na rua errada da aldeia global envolve um risco elevado em termos das perspectivas de sobrevivência.

Para as crianças na maior parte do mundo em desenvolvimento, o diferencial de risco está a aumentar. As taxas de mortalidade infantil em quase todas as regiões em desenvolvimento estão a aumentar quando expressas como um múltiplo da taxa nos países de rendimento elevado. Para além disso, o ritmo do progresso na redução da mortalidade infantil abrandou para um grande número de países. Se se tivesse mantido, desde essa altura, o ritmo de progresso registado na década de 80, em 2004 teria havido menos 1,5 milhões

Figura 2 **Divergência global em termos das mortes de crianças**

Mortalidade de menores de cinco anos por 1.000 nados-vivos (países OCDE de rendimento elevado = 1)



Fontes: Banco Mundial 2006.

O VIH/SIDA fez recuar o desenvolvimento humano num vasto grupo de países. Mais de 39 milhões de pessoas estão infectadas com o VIH, o vírus que causa a SIDA, e 3 milhões de pessoas morreram desta doença apenas em 2005. O decréscimo da esperança de vida foi um dos impactos mais visíveis do VIH/SIDA no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Menos visível foi a feminização da doença e as consequências para a igualdade de género.

Na África Subariana, o epicentro da crise, as taxas de infecção têm estado a crescer muito mais rapidamente para as mulheres do que para os homens (figura 1). As mulheres agora são responsáveis por 57% das infecções por VIH na região e as raparigas africanas (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos) têm agora uma probabilidade três vezes superior à dos homens de ficarem infectadas.

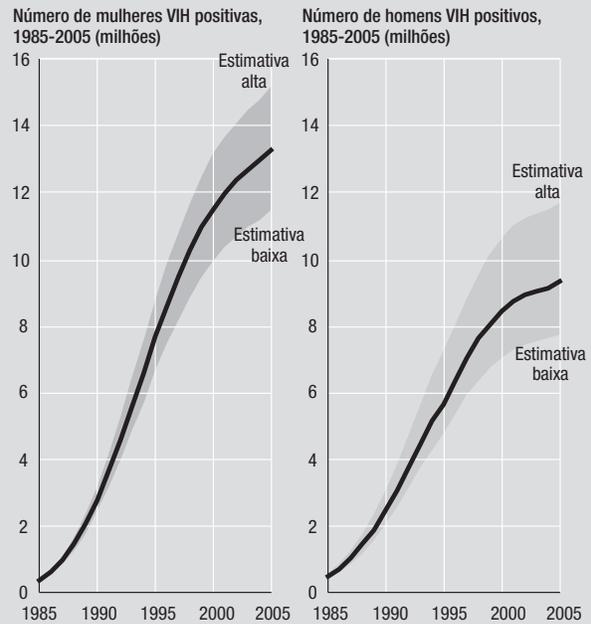
A pandemia está a dar forma à estrutura demográfica de muitos países africanos. As mulheres têm uma probabilidade maior de contrair a infecção — e é mais provável que morram da doença mais cedo. Na África Austral, isto está a inverter o padrão de esperança de vida para os homens e para as mulheres (figura 2). Pelas tendências actuais, a esperança média de vida no Botsuana, no Lesoto, na África do Sul e na Suazilândia será de menos dois anos para as mulheres do que para os homens em 2005-10, por comparação com mais 7 anos em 1990-95. Parte do enviesamento de género nas taxas de morte por VIH/SIDA pode prender-se com casamentos ou uniões sexuais que aumentam a exposição das mulheres e das raparigas ao risco por se realizarem quando estas ainda são muito jovens.

Ainda assim, os indícios dos 11 países estudados em detalhe pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA mostram um declínio em oito países na proporção de pessoas a ter relações sexuais antes dos 15 anos e um aumento do uso de preservativos. Os números relativos ao tratamento também estão no caminho certo: a utilização de medicamentos antiretrovirais na África Subariana passou de 100.000 pessoas em 2003 para 810.000 no final de 2005. Mas apenas cerca de uma pessoa em cada seis dos 4,7 milhões que precisavam de tratamento o estão a receber actualmente. E as taxas de cobertura variam bastante — de mais de 80% no Botsuana a 4% em Angola. A África do Sul, sozinha, é responsável por cerca de um quarto das pessoas que recebem tratamento.

O enviesamento de género também torna assimétricos a prevenção e o tratamento? As provas são mistas. As relações desiguais de poder podem criar vantagens para as mulheres e para as raparigas em termos da prevenção, uma vez que têm menos controlo sobre a tomada de decisões. A desvantagem educativa também é um factor. Como a escola é um local importante para a educação sobre o VIH/SIDA, as disparidades de género em termos da frequência da escola também colocam as raparigas em desvantagem. As provas actuais não apontam para um enviesamento sistemático no tratamento. Na Etiópia e no Gana, as mulheres são responsáveis por uma proporção mais pequena de tratamento do que o previsto com base nas taxas de infecção, mas na África do Sul e na Tanzânia, elas são responsáveis por uma maior proporção.

Tal como os homens, as mulheres na África Subariana sofrem do estigma, do medo, da fraca liderança e da participação política inadequada que tem atrasado o desenvolvimento de uma resposta eficaz para o VIH/SIDA em muitos países. Também têm a ganhar se se conseguir alcançar o objectivo do Fundo Global da Luta contra a SIDA, a Malária e a Tuberculose de, até 2010, se fornecer tratamento antiretroviral a 10 milhões de pessoas a nível global. É muito importante que o compromisso assumido pelo Grupo dos Sete países líderes em termos industriais de fornecer, o mais próximo possível, acesso universal ao tratamento até 2010. Ao mesmo tempo, os governos nacionais deviam pôr o género e o ultrapassar das desigualdades de género no centro das estratégias de prevenção e tratamento.

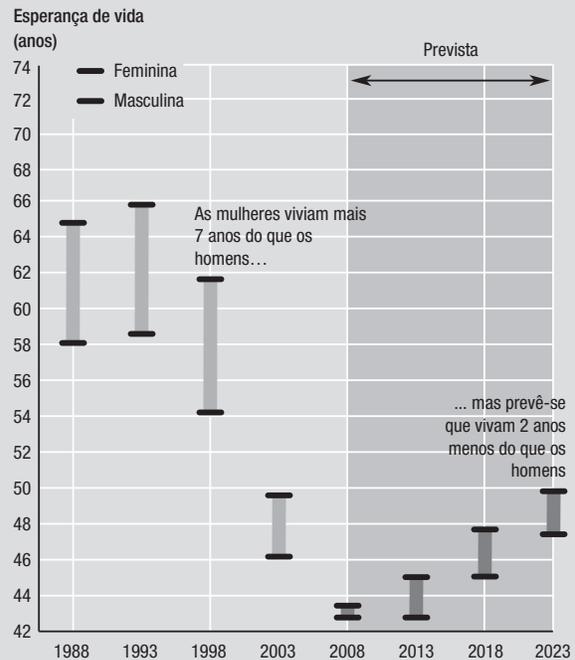
Figura 1 África Subariana — uma crise cada vez mais feminina



Nota: Refere-se a adultos com 15 anos e mais

Fonte: ONUSIDA 2006.

Figura 2 Esperança de vida — a grande inversão de género na África Austral



Fonte: ONU 2005b.

de mortes de crianças no mundo. O atraso na redução das taxas de mortalidade infantil tem implicações para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. De acordo com as actuais tendências, a meta de reduzir em dois terços as taxas gerais de mortalidade até 2015 falhará em cerca de 4,4 milhões de mortes nesse ano. Apenas três países da África Subsariana estão no caminho certo para alcançar o objectivo.

Talvez melhor do que qualquer outro indicador, a mortalidade infantil demonstra que os aumentos de rendimento não são equivalentes a melhorias no desenvolvimento humano. Medido pela geração de rendimentos, a Índia é uma das histórias de sucesso da globalização: o seu PIB cresceu em média 6% por ano desde 1991. Mas a taxa de tendência para reduzir a mortalidade infantil abrandou de 2,9% por ano na década de 80 para 2,2% desde 1990. Ao passo que a Índia teve um melhor desempenho do que o Bangladesh em termos de crescimento económico e de rendimento médio, o Bangladesh teve um melhor desempenho do que a Índia na redução das taxas de mortalidade infantil, mantendo uma taxa de declínio de 3,45% desde 1990. O contraste da sorte das crianças na Índia e no Bangladesh, quando avaliadas em termos das perspectivas de sobrevivência, aponta para os limites da riqueza como a métrica para medir o desenvolvimento humano.

Educação

O progresso em termos de educação é essencial para o desenvolvimento humano por si só e devido às ligações à saúde, à equidade e à legitimação. Também aqui o relatório de progresso se traduz por um copo meio vazio e meio cheio. Muito se conseguiu — mas continuam a existir grandes lacunas.

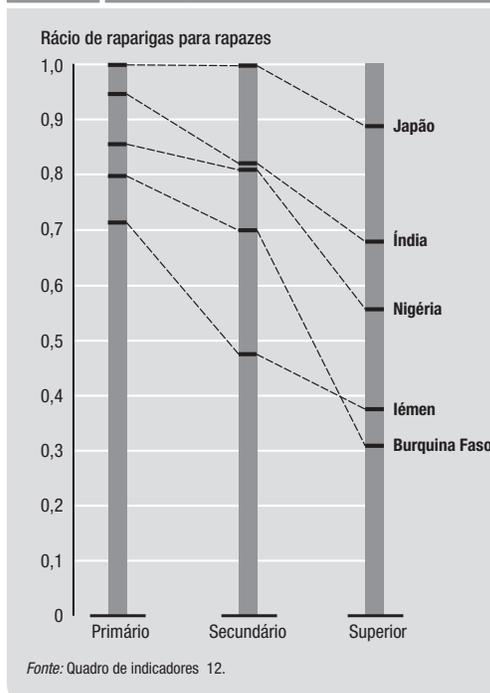
Os padrões de analfabetismo hoje em dia são um legado das lacunas do passado em termos de educação. Desde 1990, as taxas de alfabetização de adultos subiram de 75% para 82%, reduzindo em 100 milhões o número de pessoas analfabetas no mundo. Em termos de equidade de género tem havido menos progresso. As mulheres continuam a ser responsáveis por cerca de dois terços do analfabetismo entre os adultos — o mesmo que acontecia na década de 90. Os rácios líquidos de matrículas no ensino primário aumentaram por todo o mundo em desenvolvimento e a lacuna em termos de equidade de género nas matrículas está a diminuir em todas as regiões. Por comparação com estas boas notícias, as más notícias são que 115 milhões de crianças conti-

nuam fora da escola — e cerca de 62 milhões dessas crianças são raparigas.

As diferenças de matrículas no nível primário captam uma importante dimensão do progresso na educação, mas apenas uma dimensão. Numa economia global baseada no conhecimento, um ensino primário de qualidade é apenas o primeiro degrau numa escada e não um destino. Nesta perspectiva mais abrangente, as diferenças na distribuição das oportunidades globais de educação continuam a ser assustadoras. Em média, uma criança no Burquina Faso pode esperar ter menos de 4 anos de educação, em comparação com os mais de 15 anos na maior parte dos países de rendimento elevado. Estas profundas desigualdades existentes hoje em termos de educação são as diferenças de amanhã em termos de rendimento e de saúde. Entre os desafios centrais a ser abordados:

- *A lacuna entre a matrícula e a conclusão.* Há quase uma criança em cada cinco, nos países em desenvolvimento, a abandonar a escola antes de terminar o ensino primário. Em certos casos, as elevadas taxas de matrícula disfarçam o progresso limitado em direcção à aquisição de alfabetização elementar e de competências de numeracia. Em países como o Chade, o Malawi e o Ruanda menos de 40% das crianças que se matriculam na escola terminam o ciclo de ensino primário.
- *Taxas reduzidas de transição para o ensino secundário e mais.* Nos países ricos, mais de 80% das crianças que chegam ao final do ensino primário continuam a estudar no nível secundário mais baixo. Mais de metade vão para o ensino superior. A imagem é muito diferente na África Subsariana, onde menos de metade das crianças fazem a transição do ensino primário para o secundário. Existem 37 países com taxas líquidas de matrícula no ensino secundário inferiores a 40%, 26 dos quais na África Subsariana.
- *Níveis elevados de desigualdade de género no ensino pós-primário.* Ainda que as lacunas em termos de matrículas entre raparigas e rapazes estejam a diminuir, continuam a existir profundas disparidades nos níveis secundário e superior (figura 3). As disparidades reflectem uma discriminação sexual institucionalizada que deixa as mulheres em desvantagem, ao restringir as suas escolhas e ao reduzir as suas oportunidades de rendimento e emprego. Devido às ligações entre ensino materno e a saúde infantil, a discriminação sexual também impede o progresso na redução da mortalidade infantil.

Figura 3 A discriminação sexual acompanha as raparigas na educação em alguns países



Pobreza e distribuição de rendimento

A pobreza de rendimento caiu em todas as regiões desde 1990, excepto na África Subsariana. A proporção da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia desceu de 28% para 21%, deixando apenas um pouco mais de mil milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza. O elevado crescimento económico na China e na Índia tem sido o mais forte motor da redução da pobreza de rendimento. A África Subsariana é a única região que testemunhou um aumento tanto da incidência da pobreza como do número absoluto de pobres. Aí, cerca de 300 milhões de pessoas — quase metade da população da região — vivem com menos de 1 dólar por dia.

Ainda que o mundo como um todo esteja no caminho certo para alcançar a meta para 2015 de reduzir para metade a privação extrema de rendimento, a África Subsariana está no caminho errado, tal como muitos países noutras regiões. Os dados sobre o nível do país indicam que os objectivos para 2015 não serão alcançados por uma diferença de cerca de 380 milhões de pessoas. Esses níveis tão elevados de pobreza numa economia global mais próspera reflectem as extremas disparidades em termos de riqueza e as pequenas proporções de rendimento mundial que os pobres captam:

- Os 20% mais pobres da população mundial, correspondendo em termos gerais à popula-

ção que vive com menos de 1 dólar por dia, são responsáveis por 1,5% do rendimento mundial. Os 40% mais pobres, correspondentes ao nível do limiar de pobreza de 2 dólares por dia, são responsáveis por 5% do rendimento mundial.

- Nove em cada 10 pessoas nos países de rendimento elevado da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico estão nos 20% superiores da distribuição global de rendimento. Na outra ponta da escala, um em cada dois habitantes da África Subsariana está entre os 20% mais pobres — e a proporção de pessoas da região nos 20% inferiores mais do que duplicou desde 1980 (passando para 36% do total).
- O rendimento médio para o mundo em geral é de 5.533 dólares (PPC) — mas 80% do mundo vive com menos do que esta média. A desigualdade global é apanhada na profunda lacuna existente entre rendimentos médios e medianos (1.700 dólares em 2000).
- As 500 pessoas mais ricas do mundo têm um rendimento de mais de 100 mil milhões de dólares, sem tomar em consideração a riqueza de activos. Isso excede os rendimentos combinados dos 416 milhões mais pobres. A acumulação de riqueza no topo da distribuição de rendimento global tem sido mais impressionante do que a redução de pobreza na base. O *Relatório Mundial sobre Riqueza* de 2004, preparado por Merrill Lynch, avança que a riqueza de activos financeiros dos 7,7 milhões de «indivíduos de elevado valor líquido» atingiu os 28 biliões de dólares em 2003, com um crescimento previsto de 41 biliões de dólares até 2008.

A globalização deu origem a um longo debate acerca da direcção precisa e rigorosa das tendências em termos da distribuição global de rendimento. Do que por vezes se perde a noção é que existe uma enorme desigualdade — e que existe um potencial associado a uma maior igualdade para acelerar a redução da pobreza. Medida pelos termos de paridade de poder de compra de 2000, a lacuna existente entre os rendimentos dos 20% mais pobres da população mundial e os rendimentos de quem vive no limiar de pobreza de 1 dólar por dia chega a cerca de 300 mil milhões de dólares. Esse número parece grande, mas é menos de 2% do rendimento dos 10% mais ricos do mundo. Alcançar uma maior equidade na distribuição mundial de rendimento através de estratégias de crescimento nacional inclusivas e amplas — apoiadas por acções internacionais, através de auxílios, da transferência de tecnologia e de comércio — é uma das chaves para colocar ao nosso alcance os

objectivos definidos para 2015 em termos de privação de rendimentos.

Desigualdade e desenvolvimento humano

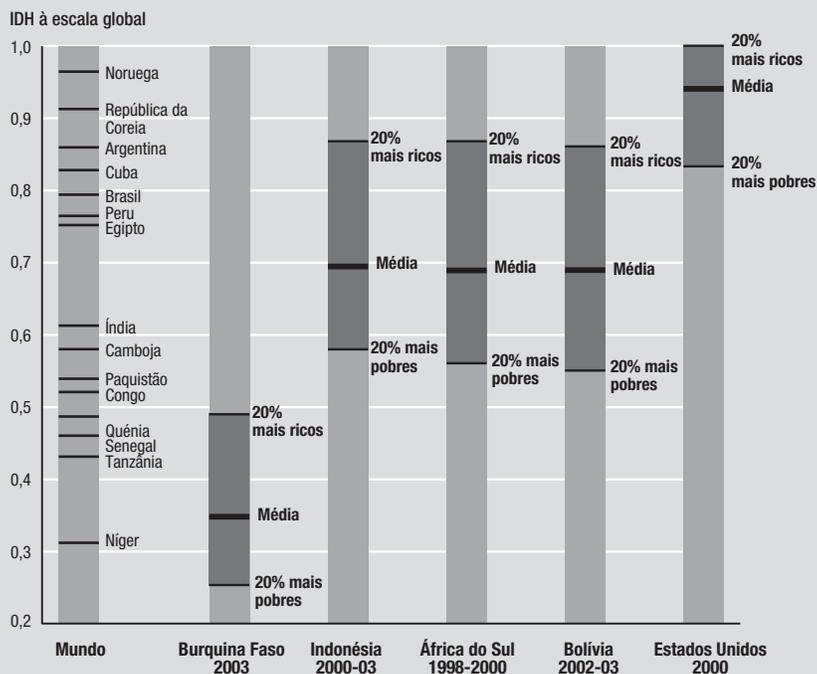
O IDH dá-nos uma imagem do desempenho nacional médio em termos do desenvolvimento humano. No entanto, as médias podem ocultar as grandes disparidades existentes nos países. As desigualdades que têm por base o rendimento, a riqueza, o género, a raça e outras formas de desvantagens herdadas, bem como a localização, podem tornar as médias nacionais um indicador de bem-estar humano ilusório.

Pode o IDH ser usado para captar as desigualdades de desenvolvimento humano dentro dos países? A pesquisa levada a cabo para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano abordou esta questão tentando desagregar os níveis de IDH por quintis de rendimento. O exercício abrangeu 13 países em desenvolvimento e dois países desenvolvidos — a Finlândia e os Estados Unidos — com suficientes dados disponíveis.

A construção das classificações do IDH para diferentes grupos de rendimento dentro dos países coloca desafios técnicos (consultar a Nota técnica 2 do relatório integral). Os inquéritos padronizados de rendimento do agregado familiar e os Inquéritos Demográficos e de Saúde permitem gerar dados para o índice em diferentes pontos da distribuição de rendimentos. Mas os problemas existentes na disponibilidade dos dados e na sua comparabilidade tornam difícil construir índices que se possam comparar entre países diferentes. Um problema acrescido é que os dados necessários para a construção dos níveis de IDH por grupo de rendimento não estão disponíveis para muitos países de rendimento elevado. Apesar destes problemas, a construção de níveis de IDH passíveis de comparação internacional, com base em grupos nacionais de rendimento, tem o potencial de fornecer um poderoso instrumento para compreender as dimensões da privação de capacidade.

O IDH por grupos de rendimento aponta para desigualdades extremas no desenvolvimento humano (figura 4). Para o Burquina Faso, Madagascar e Zâmbia, o nível de IDH para os 20% mais ricos é cerca do dobro dos 20% mais pobres. As lacunas observadas na Bolívia, na Nicarágua e na África do Sul também são muito grandes. As disparidades de IDH por rendimento entre os ricos e os pobres nos países de rendimento elevado são menores, em parte porque os diferenciais de rendimento se traduzem de forma menos enfática em diferenças na esperança de vida e nos resultados

Figura 4 O mesmo país, mundos diferentes — um índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimento



Fonte: Grimm e outros 2006.

do ensino básico. Ainda assim, os Estados Unidos exibem disparidades significativas no IDH por grupo de rendimento.

Para além das classificações domésticas, as comparações transversais entre países realçam a desigualdade de desenvolvimento humano:

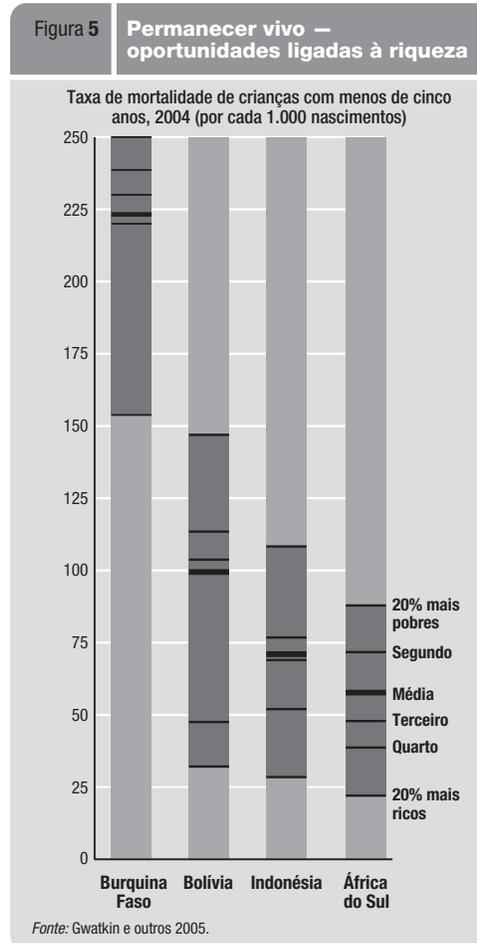
- Os 20% das pessoas mais ricas da Bolívia têm uma classificação que os colocaria no grupo de desenvolvimento humano elevado, a par da Polónia, enquanto os 20% mais pobres se classificariam num nível comparável à média do Paquistão. Os dois grupos encontram-se separados por 98 lugares na classificação global do IDH. Para a Nicarágua, a lacuna no IDH entre os 20% mais ricos e mais pobres é de 87 lugares na liga global.
- Na África do Sul, os 20% mais ricos têm uma classificação no IDH 101 lugares acima dos 20% mais pobres.
- Na Indonésia, o desenvolvimento humano vai desde um nível comparável ao da República Checa para os 20% mais ricos até ao da Índia para os 20% mais pobres.
- Enquanto os 20% mais ricos nos Estados Unidos (seguidos da Finlândia) se situariam no topo da lista de sucesso em termos do desenvolvimento humano, o quintil mais pobre nos Estados Unidos só conseguiria uma classificação de 50.

Por detrás das desigualdades do IDH — a mortalidade infantil e as desigualdades de educação

O IDH por grupos de rendimento fornece um indicador agregado de algumas dimensões importantes do bem-estar. Por detrás dele encontram-se algumas desigualdades muito profundas em termos das capacidades e das oportunidades de vida ligadas a desigualdades de rendimento. Estas desigualdades podem ser realçadas por referência aos dados dos inquéritos a agregados familiares para alguns dos países abrangidos pelo exercício de investigação.

As crianças que nasceram nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos em países como a Bolívia, a Indonésia e a África do Sul correm o risco de morrer antes do seu quinto aniversário, ou seja, um risco quatro vezes mais alto do que aquele das crianças que nasceram nos 20% mais ricos. Isto faz parte de um padrão global mais amplo: as crianças que nascem nos 20% mais pobres da África Subsariana correm um risco de mortalidade antes dos 5 anos que é 1,7 vezes o das crianças do quintil mais rico. As taxas de conclusão da escola também variam, com desigualdades de género a interagir com disparidades que têm por base a riqueza. Também é muito menos provável que tanto as raparigas como os rapazes nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos no Burquina Faso terminem a escola em comparação com os seus colegas de rendimento elevado, embora a disparidade entre raparigas e rapazes seja igualmente marcante. Estas grandes variações nas oportunidades de vida, com base em marcadores herdados para as vantagens e desvantagens apontam para a necessidade de políticas públicas que proporcionem escolhas e oportunidades iguais, ao alargar as liberdades substantivas.

Para além do imperativo moral de ultrapassar as disparidades extremas nestas áreas, as desigualdades têm implicações importantes para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Consideremos o objectivo de reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil. Os agregados familiares pobres, com taxas de mortalidade infantil que são tipicamente duas ou três vezes a média nacional, são responsáveis por uma parte desproporcional das mortes infantis totais. Na Nicarágua e no Peru, por exemplo, cerca de 40% das mortes infantis ocorrem nos 20% dos agregados familiares mais pobres. As políticas para reduzir as taxas de mortalidade entre os pobres podem acelerar o progresso em direcção à meta, embora na maior parte dos países as desigualdades em termos da mortalidade infantil estejam a aumentar: as taxas de



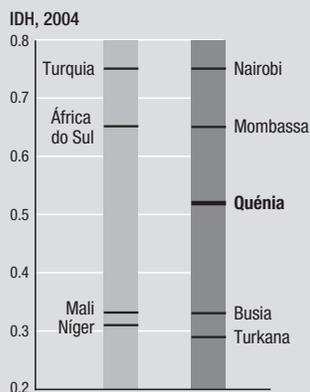
mortalidade entre os pobres estão a cair em média menos de metade da taxa entre os ricos.

Olhando para além do rendimento doméstico, a desagregação do IDH pode captar as desigualdades em diversos níveis. Em muitos países, revela grandes diferenças entre as regiões. O Quênia tem um IDH que varia entre 0,75 em Nairobi (quase ao mesmo nível da Turquia) e os 0,29 em Turkana, uma região pastoril no norte do país (figura 6). Se Turkana fosse um país, afastar-se-ia da escala actual do IDH por uma margem considerável, reflectindo as secas recorrentes da região, o mau acesso à saúde e às infra-estruturas de água e as elevadas taxas de subnutrição.

As diferenças rural-urbano interagem com as disparidades regionais. Na China urbana, Xangai classificar-se-ia em 24º na liga global do IDH, mesmo acima da República da Coreia ou da Grécia, enquanto a Província de Guizhou rural ficaria classificada a par do Botsuana.

Para alguns países, o IDH revela profundas desigualdades que têm por base a pertença a um grupo. Um exemplo disso é a Guatemala, onde as oportunidades de desenvolvimento humano se encontram extremamente enviesadas contra os

Figura 6 Enormes desigualdades no desenvolvimento humano entre os distritos do Quênia



Fonte: PNUD 2005c.

grupos indígenas. Os Q'eqchi têm uma classificação no IDH a par dos Camarões e 32 lugares abaixo da classificação para os ladinos (aproximadamente equivalentes à Indonésia).

Desigualdade de rendimentos

A desigualdade coloca questões importantes enraizadas nas ideias normativas acerca da justiça social e da justiça em todas as sociedades. Uma vez que os padrões de distribuição de rendimentos afectam directamente as oportunidades em termos de nutrição, saúde e educação, a desigualdade de rendimento também está intimamente relacionada com maiores desigualdades na capacidade e, em alguns casos, com privação absoluta.

As variações regionais em termos de desigualdade de rendimentos são grandes. O coeficiente Gini, uma medida da desigualdade graduada numa escala de 0 (igualdade perfeita) a 100 (desigualdade perfeita), varia de 33 na Ásia do Sul a 57 na América Latina e a mais de 70 na África Subsariana. Ainda que seja necessário cuidado nas comparações transversais das diversas regiões, estas diferenças regionais estão associadas a grandes variações nas proporções de rendimento dos 20% mais ricos e mais pobres. Também reflectem a lacuna entre rendimento médio e rendimento mediano, que se torna maior com a desigualdade. Num país de profundas desigualdades como o México, o rendimento mediano é de apenas 51% do médio. Para o Vietname, onde a distribuição de rendimento é mais justa, o mediano sobe até 77% do médio.

Porque motivo é que a distribuição de rendimentos importa para a redução da pobreza? De

forma mecânica, a taxa de redução da privação de rendimento num país é função de duas coisas: da taxa de crescimento económico e da proporção de qualquer aumento no crescimento conseguido pelos pobres. Mantendo-se tudo o resto igual, quanto maior for a proporção de rendimento conseguida pelos pobres, mais eficiente é o país na conversão do crescimento em redução da pobreza. Mantendo constantes os padrões de distribuição de rendimentos e projectando as actuais taxas de crescimento para o futuro, demoraria três décadas para o agregado familiar mediano em termos de pobreza atravessar o limiar de pobreza no México. Duplicar a parte dos pobres no futuro crescimento de rendimento reduziria este horizonte temporal para metade. Para o Quênia, o horizonte temporal seria reduzido em 17 anos, de 2030 para 2013 — uma transição que faria com que o país ficasse a uma distância que lhe permitiria atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que de outra forma não conseguiria alcançar — reduzir para metade a privação de rendimento.

Como os exemplos mostram, a distribuição importa porque afecta a taxa em que o crescimento económico se converte em redução da pobreza (a elasticidade do crescimento da pobreza). Assim, cada aumento de 1% no crescimento reduz a pobreza em cerca de 1,5% no Vietname — duas vezes os 0,75% do México. A boa notícia é que a desigualdade extrema não é um facto da vida que não se possa alterar. Ao longo dos últimos cinco anos, o Brasil, um dos países do mundo onde existem mais desigualdades, combinou um forte desempenho económico com um declínio na desigualdade de rendimentos (o índice Gini desceu de 0,56 para 0,54) e na pobreza. O crescimento económico criou emprego e aumentou os salários reais. E um vasto programa de bem-estar social — a Bolsa Família — fez transferências financeiras para 7 milhões de famílias que vivem em pobreza extrema ou moderada para apoiar a nutrição, a saúde e a educação, criando benefícios hoje e activos para o futuro.

A distribuição de rendimentos não é apenas uma questão para os países em desenvolvimento. Conforme realça o IDH por quintis de rendimento para os Estados Unidos, também é importante em alguns dos países mais ricos do mundo. Ao longo do último quarto de século, a lacuna existente entre a base da distribuição de rendimentos dos Estados Unidos e o meio e topo aumentou de forma dramática. Entre 1980 e 2004, o rendimento dos 1% dos agregados familiares mais ricos (rendimentos médios de mais de 721.000 dólares em 2004) subiu 135%. Ao longo do mesmo período, os salários reais da manufactura desceram 1%. A proporção de rendimento nacional dos 1%

mais ricos duplicou para 16% ao longo do mesmo período. Por outras palavras, os frutos dos ganhos de produtividade que conduziram o crescimento nos Estados Unidos foram fortemente enviesados para as partes mais ricas da sociedade.

A desigualdade crescente restringe as oportunidades? Uma forma de abordar esta questão consiste em medir a influência do poder económico dos pais sobre os futuros ganhos dos seus filhos. Em países com desigualdade reduzida — como a Dinamarca e a Noruega — os rendimentos dos pais explicam cerca de 20% dos ganhos dos filhos. Para os Estados Unidos — e para o Reino Unido — esse número sobe para mais de 50%.

Dentro de qualquer país, os níveis elevados de desigualdade de rendimentos e de oportuni-

des representam um constrangimento ao desenvolvimento humano. Para além das implicações adversas que têm para o dinamismo económico, crescimento e coesão social, limitam a conversão do crescimento em desenvolvimento humano. O mesmo se aplica a nível global, onde as divisões cada vez mais visíveis que separam os ricos dos pobres se tornaram um ponto central de descontentamento. Um dos principais desafios em termos de desenvolvimento humano nas décadas à nossa frente consiste em diminuir a tolerância pelas desigualdades extremas que caracterizaram a globalização desde o início da década de 90 e em garantir que a maré cheia da prosperidade se estenda a muitos e não apenas a uns quantos privilegiados.

Novo material do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

Relatórios do Desenvolvimento Humano Nacionais, Subnacionais e Regionais

Os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* também são preparados aos níveis nacional, subnacional e regional. O primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* nacional foi publicado em 1992.

- Desde 1992, foram produzidos mais de 550 *Relatórios do Desenvolvimento Humano* nacionais e subnacionais por equipas nacionais com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em mais de 130 países, bem como 30 *Relatórios do Desenvolvimento Humano* regionais.
- Na medida em que consistem de documentos de recomendação de políticas, estes relatórios canalizam o conceito do desenvolvimento humano para os diálogos nacionais através de processos de consulta, pesquisa e redacção liderados pelos países e detidos pelos mesmos.
- Os dados do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, frequentemente divididos por género, grupo étnico ou diferenças entre zonas rurais e urbanas, ajudam a identificar a desigualdade, a medir o progresso e a reconhecer os primeiros sinais de alerta de possíveis conflitos.
- Na medida em que se alicerçam nas perspectivas locais, os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* nacionais, subnacionais e regionais podem influenciar as estratégias nacionais, incluindo políticas orientadas para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e outras prioridades do desenvolvimento humano.

Para mais informações sobre os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* nacionais, subnacionais e regionais, incluindo uma base de dados de todos os *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, consulte:

- Base de dados de Relatórios do Desenvolvimento Humano: http://hdr.undp.org/reports/view_reports.cfm
- Área de trabalho dos Relatórios do Desenvolvimento Humano nacionais: <http://hdr.undp.org/nhdr/>
- Redes dos Relatórios do Desenvolvimento Humano: <http://hdr.undp.org/nhdr/networks/>
- Kit de ferramentas dos Relatórios do Desenvolvimento Humano: <http://hdr.undp.org/nhdr/toolkit/default.html>

Journal of Human Development: Alternative Economics in Action

A revista oferece um fórum para a livre troca de ideias entre um vasto espectro de decisores, economistas e académicos.

Informação sobre assinaturas: O *Journal of Human Development* é uma revista avaliada e revista por especialistas, publicada três vezes por ano (Março, Julho e Novembro) pela Routledge Journals, uma divisão do Taylor and Francis Group Ltd, 4 Park Square, Abingdon, Oxfordshire OX14 4RN, Reino Unido.

<http://www.tandf.co.uk/journals/carfax/14649888.html>

Temas dos *Relatórios do Desenvolvimento Humano*

2005	Cooperação Internacional numa Encruzilhada Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
2004	Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
2003	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
2002	Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
2001	Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano
2000	Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
1999	Globalização com uma Face Humana
1998	Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
1997	Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
1996	Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
1995	Género e Desenvolvimento Humano
1994	Novas Dimensões da Segurança Humana
1993	Participação das Pessoas
1992	Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
1991	Financiamento do Desenvolvimento Humano
1990	Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano

Para mais informações, visite:

<http://hdr.undp.org>



Sítio web do RDH: <http://hdr.undp.org>

Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Ao longo da história, a água tem confrontado a humanidade com alguns dos seus maiores desafios. A água é uma fonte de vida e um recurso natural que sustenta os nossos ambientes e suporta os meios de subsistência — mas é também uma fonte de risco e de vulnerabilidade. No início do século XXI, as perspectivas para o desenvolvimento humano mostram-se ameaçadas por uma crise global da água que se intensifica a cada dia que passa. Desmantelando o mito de que a crise é resultado da escassez, este relatório argumenta que a pobreza, o poder e a desigualdade se encontram no cerne do problema.

Num mundo em que a riqueza atingiu níveis sem precedentes, quase 2 milhões de crianças morrem anualmente por falta de um copo de água potável e de saneamento adequado. Milhões de mulheres e de raparigas são forçadas a passar horas a fio a recolher e a transportar água, o que restringe as suas oportunidades e escolhas. E as doenças infecto-contagiosas causadas pela água travam a redução da pobreza e o crescimento económico nalguns dos países mais pobres do mundo.

Para além do problema doméstico, a competição pela água enquanto recurso produtivo está a intensificar-se. Alguns dos sintomas desta competição são o colapso de sistemas ecológicos baseados na água, o declínio dos fluxos fluviais e o esgotamento em grande escala das águas subterrâneas. Os conflitos relacionados com a água estão a intensificar-se no interior de países, desfavorecendo as pessoas carenciadas das zonas rurais. O potencial de tensões entre países está também a crescer, embora se perfilhem vastos ganhos potenciais de desenvolvimento humano decorrentes de uma maior cooperação.

O Relatório do Desenvolvimento Humano continua a dissecar os debates sobre alguns dos desafios mais urgentes com que a humanidade se confronta. O Relatório do Desenvolvimento Humano 2006:

- Investiga as causas subjacentes e as consequências de uma crise que impede que 1,1 mil milhões de pessoas tenham acesso a água potável e que 2,6 mil milhões tenham acesso a saneamento
- Defende uma acção concertada para alcançar o objectivo da água e saneamento para todos através de estratégias nacionais e de um plano de acção global
- Examina as forças sociais e económicas que conduzem à escassez de água e marginalizam as pessoas carenciadas na agricultura
- Analisa o raio de acção existente em termos de cooperação internacional para a resolução de tensões transfronteiriças na gestão da água
- Inclui contributos especiais de Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala, do Presidente Lula, do Presidente Carter e do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.